

China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S/A

**Demonstrações financeiras consolidadas
para o exercício findo em 31 de dezembro
de 2020**

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo:

Relatório da Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balanco patrimonial consolidado

Demonstração consolidada do resultado

Demonstração consolidada do resultado abrangente

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. “CCB Brasil” ou “Banco” submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no padrão internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Impactos da Pandemia Coronavírus - COVID-19

a) Contexto Geral

Considerando a pandemia mundial declarada pela OMS - Organização Mundial de Saúde, relacionada ao novo Coronavírus - “COVID-19”, que vem afetando e trazendo riscos à saúde pública e os inúmeros impactos na economia brasileira e mundial, o CCB Brasil adotou uma série de medidas, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, buscando minimizar ao máximo os eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus funcionários, familiares e parceiros nas áreas onde atua, bem como a continuidade regular das operações e dos negócios do Banco.

O Banco adotou medidas de contingência de forma a manter regularmente as operações, buscando preservar a saúde de seus profissionais, com acessos seguros aos locais de trabalho quando indispensável, em ambiente que preserve o distanciamento entre pessoas, higiene e proteção adequada. A maioria dos colaboradores está trabalhando em regime de home office. O CCB Brasil manteve seu quadro funcional, não dispensando pessoas em função dessa crise.

b) Impacto nas informações financeiras do exercício 2020

O CCB Brasil adotou medidas conservadoras em seu portfólio, fortificando um intenso monitoramento na carteira de créditos, e sobre clientes que poderiam ter impactos relevantes com a redução da atividade doméstica. A qualidade da carteira no segmento corporativo e em empresas médias contribuiu para o pouco efeito na deterioração da carteira corporativa, frente às expectativas de mercado, que representa 80% do portfólio.

As principais medidas para contornar o grave impacto da crise foram o congelamento dos limites de crédito para avaliação dos impactos em respectivos setores econômicos; realização de comitês de créditos diariamente e início de monitoramento intensivo de todos os clientes com vencimentos até o final de 2020; adoção de critérios mais restritivos para concessão de novos créditos e concentração de esforços em segmentos menos impactados

pelo Covid, todos em linha com as resoluções 4.782 e 4.803 do Banco Central do Brasil - BACEN.

Baseado neste cenário, o CCB Brasil tomou uma postura conservadora e em abril de 2020 suspendeu preventivamente todos os novos desembolsos aos funcionários dos governos locais estaduais. Reduzimos também a idade máxima e realizamos adequações nas políticas de concessão de crédito de varejo.

Os índices consolidados de inadimplência compostos pela carteira de crédito classificada no estágio 3, continuam bem controlados, alcançando 5,0% em 2020, enquanto que em 2019 era de 3,0%.

Além das medidas acima indicadas, o Banco acompanha rigorosamente todas as novas diretrizes e políticas governamentais em resposta à pandemia.

Desempenho do Exercício

O ano de 2020 refletiu positivamente as medidas adotadas pelo Banco no ano precedente, que propunham elevar a qualidade e o volume dos ativos e, ao mesmo tempo, adequar a estrutura operacional do Banco para obter melhor eficiência da organização.

Ao final do segundo semestre de 2020, as operações de crédito alcançaram R\$ 10.357,4 milhões, decréscimo de 0,20% na comparação com o ano precedente de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020, a Matriz representava 23,4% (23,9% em 2019) da captação total de R\$ 15.349,5 milhões. Vale salientar que a Matriz tem provido o CCB Brasil com funding adequado a manutenção da continuidade das suas atividades operacionais e aderente as condições das taxas de mercado. Com efeito, os recursos da Matriz, habitualmente disponibilizados por prazos de 360 dias, têm sido sistematicamente renovados.

A receita líquida com juros do período de 2020 alcançou R\$ 447,5 milhões, decréscimo ante o resultado obtido em igual período de 2019, R\$ 535,0 milhões.

O prejuízo líquido do exercício de 2020 foi de R\$ 547,9 milhões (2019 – prejuízo R\$ 39,3 milhões) sendo que a parte significativa foi decorrente da baixa de crédito tributário no montante de R\$ 394,2 milhões (R\$ 40,7 milhões em 2019).

Ao término do exercício de 2020, o patrimônio líquido alcançou R\$ 1.102,6 milhões e o índice de Basileia era de 15,31%.

Recursos Humanos e Pontos de Atendimento

O Banco encerrou 2020 com 359 funcionários e nove pontos de atendimento.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 25 de março de 2021).

***China Construction
Bank (Brasil)
BancoMúltiplo S.A. e
empresas controladas***

***Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco") e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

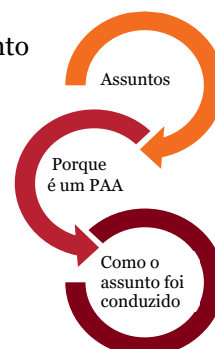
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas (<i>impairment</i>) sobre empréstimos e adiantamentos considerando a implementação da IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i> (Notas 2(b) ii, 7 e 37)	
O Banco e suas controladas adotam a norma contábil IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i> que estabelece requerimentos quanto à metodologia para mensuração da provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos (<i>impairment</i>). A determinação da perda de crédito esperada dos empréstimos e adiantamentos, considerando os requerimentos da IFRS 9, é uma área que envolve um elevado nível de julgamento da Administração na classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9, bem como na determinação do montante de provisão necessária, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam diversas premissas e que consideram fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência, a situação financeira da contraparte, garantias, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Dessa forma essa é uma área que foi considerada como foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos consideraram o entendimento dos processos relevantes relacionados a determinação da perda de crédito esperada, incluindo a aderência das políticas aplicadas frente aos requisitos da IFRS 9. Com o auxílio de nossos especialistas, aplicamos procedimentos relacionados a metodologia e apuração da perda de crédito esperada em relação a: (i) análise das políticas contábeis em comparação aos requerimentos do IFRS 9; (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, que considera a base de dados, os modelos e premissas adotadas pela Administração; (iii) comparação de dados e premissas utilizados com dados de mercado, quando aplicável; e (iv) análise e consistência das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Também realizamos testes sobre a classificação dos empréstimos e adiantamentos nos estágios previstos pela IFRS 9, que considera o nível de risco de crédito do devedor e, quando aplicável, a deterioração desse risco, assim como a dificuldade financeira do devedor, atrasos de suas obrigações contratuais, entre outros aspectos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e registro contábil da perda de crédito esperada de empréstimos e adiantamentos são razoáveis e consistentes com o previsto no IFRS 9 e com as divulgações em notas explicativas.

China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Créditos tributários (Notas 2(o) e 22(c)(e))

O Banco e suas controladas possuem ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre lucro líquido, cujo registro é suportado por estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro.

Considerando que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideraram a atualização do entendimento do processo de apuração e registro dos créditos tributários nos termos das normas fiscais e contábeis.

Com o auxílio de nossos especialistas, analisamos a consistência das premissas relevantes utilizadas no estudo de realização do crédito tributário com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, bem como a metodologia utilizada para estimar os lucros tributáveis, e a coerência lógica e aritmética dos cálculos.

Discutimos com a Administração e confirmamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização dos créditos tributários pelos órgãos adequados da Administração.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como créditos tributários, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações financeiras.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles gerais, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações.

Dessa forma, o ambiente de tecnologia da informação foi considerado uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados ou dependentes de tecnologia relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras.

Com o auxílio de nossos especialistas, os principais procedimentos executados envolveram testes de controles relacionados com a segurança da informação, atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo gestão de acesso e segregação de função.

China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e os controles estabelecidos pela Administração apresentaram uma base razoável para suportar os principais processos de negócios que fornecem informações utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor	
A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.	
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.	
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.	
Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas	
A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.	
Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.	
Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.	
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas	
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e	

China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik
Contadora CRC 1SP221490/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2020	2019
DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	3	179.673	98.587
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	4.884.623	4.801.379
A custo amortizado	5	83.674	81.088
A valor justo de outros resultados abrangentes	5	4.800.949	4.720.291
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6f	103.910	431.281
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		11.321.611	10.963.359
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	4	1.318.789	923.905
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7	10.357.440	10.378.059
Outros empréstimos e recebíveis	8	26.397	28.833
Outros ativos financeiros		56.722	-
Perda de crédito esperada	7c	(437.737)	(367.438)
ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA	9a	156.986	196.765
INVESTIMENTOS	10	256	256
ATIVO TANGÍVEL	11	108.444	106.995
ATIVO INTANGÍVEL	12	1.988	108.082
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		1.055.175	1.397.790
Correntes		31.925	47.120
Diferidos	22c	724.870	1.052.148
Presumidos	22d	298.380	298.522
OUTROS ATIVOS	13	65.477	61.612
TOTAL DO ATIVO		17.878.143	18.166.106

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2020	2019
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6f	91.156	21.834
OUTROS PASSIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		30.562	1.116.192
Instrumentos de capital	17	-	1.069.201
Obrigações de empréstimos no exterior	19	30.562	46.991
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		15.318.947	14.088.666
Instrumentos de capital	17	892.897	694.983
Depósitos de instituições financeiras	14	3.748.065	3.943.754
Depósitos de clientes	15	5.702.394	3.313.521
Obrigações por títulos e valores mobiliários	16	693.199	1.441.971
Obrigações de empréstimos no país	18	154.233	216.833
Obrigações de empréstimos no exterior	19	4.128.159	4.475.380
Outros passivos financeiros		-	2.224
PROVISÕES	21	1.086.795	1.001.379
PASSIVOS FISCAIS			
Correntes		28.191	32.195
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23	219.867	246.000
TOTAL DO PASSIVO		16.775.518	16.506.266
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	24	2.956.864	2.956.864
Reserva de Capital		899	899
Ações em Tesouraria		(55.105)	(55.105)
Prejuízos acumulados		(1.795.513)	(1.247.569)
Outros resultados abrangentes		(4.520)	4.751
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.102.625	1.659.840
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.878.143	18.166.106

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2020	2019
Receitas com juros e similares	26a	953.133	1.399.193
Despesas com juros e similares	26a	(467.309)	(823.557)
RESULTADO LÍQUIDO COM JUROS E SIMILARES		485.824	575.636
Diferenças Cambiais (líquidas)	26b	53.010	(46.245)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	27	(91.286)	5.641
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		447.548	535.032
Resultado de equivalência patrimonial		(230)	(891)
Receita de tarifas e comissões	28	56.135	36.924
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	29	(30.386)	(246.483)
TOTAL DE RECEITAS		473.067	324.582
Despesas com pessoal	30	(148.532)	(160.588)
Outras despesas administrativas	31	(77.904)	(92.926)
Despesas tributárias	32	(27.521)	(27.760)
Depreciação e amortização	11 e 12	(19.692)	(20.324)
Baixa de ágio do CCB Brasil Financeira	12	(105.190)	-
Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros	7c	(279.092)	(192.919)
Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidos)	33	(16.315)	(17.107)
PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(201.179)	(187.042)
Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	22	(346.765)	147.785
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(547.944)	(39.257)

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2020	2019
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(547.944)	(39.257)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES QUE SERÃO RECLASSIFICADOS SUSEQUENTEMENTE PARA O LUCRO/ (PREJUÍZO) LÍQUIDO		
Ganhos (perdas) com ativos ao valor justo de outros resultados	(8.787)	(9.305)
Encargos Fiscais sobre ativos ao valor justo de outros resultados	3.954	4.187
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS SUSEQUENTEMENTE PARA O LUCRO/ (PREJUÍZO) LÍQUIDO		
Ganhos (perdas) com ativos ao valor justo de outros resultados	(8.069)	(37.031)
Encargos Fiscais sobre ativos ao valor justo de outros resultados	3.631	16.664
PREJUÍZO LÍQUIDO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(557.215)	(64.742)

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital (Ágio na Subscrição de ações)	(-) Ações em Tesouraria	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	2.956.864	899	(55.105)	30.236	(1.208.312)	1.724.582
Valor justo de outros resultados abrangentes	-	-	-	(5.118)	-	(5.118)
Passivo financeiro ao valor justo (Risco de Crédito)	-	-	-	(20.367)	-	(20.367)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(39.257)	(39.257)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>2.956.864</u>	<u>899</u>	<u>(55.105)</u>	<u>4.751</u>	<u>(1.247.569)</u>	<u>1.659.840</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2020	2.956.864	899	(55.105)	4.751	(1.247.569)	1.659.840
Valor justo de outros resultados abrangentes	-	-	-	(4.833)	-	(4.833)
Passivo financeiro a valor justo (Risco de Crédito)	-	-	-	(4.438)	-	(4.438)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(547.944)	(547.944)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>2.956.864</u>	<u>899</u>	<u>(55.105)</u>	<u>(4.520)</u>	<u>(1.795.513)</u>	<u>1.102.625</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Prejuízo do exercício	(547.944)	(39.257)
Depreciação e amortização	19.692	12.953
Depreciação e amortização – impacto adoção inicial IFRS 16	-	7.371
Baixa Ágio CCB Brasil Financeira (nota 12)	105.190	-
Resultado de participações em controladas	230	891
Movimentação nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	327.420	(182.878)
Constituição de provisões - Redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis	279.092	192.919
Constituição líquida de provisões	129.114	134.227
Provisão (reversão) outras	43.418	(11)
Perda (ganho) na venda de bens disponíveis para venda	(4.053)	395
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(13.830)	(123.050)
Variação de ativos e passivos	1.085.084	(273.033)
Redução (aumento) de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	(5.522)	8.442
Redução (aumento) de ativos financeiros ao custo amortizado	(2.586)	1.644.659
Redução (aumento) de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(85.491)	2.757.061
Aumento (redução) de derivativos	396.694	14.094
Redução (aumento) de empréstimos e adiantamentos a clientes	(982.133)	(1.758.564)
Redução (aumento) de outros empréstimos e recebíveis	2.436	(1.401)
Redução (aumento) de outros ativos financeiros	(56.722)	25.298
Redução (aumento) de ativos não financeiros mantidos para venda	(29.039)	17.927
Redução (aumento) de outros ativos	4.987	35.445
Aumento (redução) de depósitos de instituições financeiras	(195.689)	(3.218.763)
Aumento (redução) de depósitos de clientes	2.388.873	244.713
Aumento (redução) de dívidas subordinadas	38.870	(161.621)
Aumento (redução) de obrigações por títulos e valores mobiliários	(748.772)	196.168
Aumento (redução) de empréstimos no país	(62.600)	83.063
Aumento (redução) de empréstimos no exterior	(123.914)	2.031.947
Aumento (redução) de outros passivos financeiros	(2.224)	153.520
Aumento (redução) de outras obrigações	(45.876)	(10.449)
Aumento (redução) de passivos financeiros objetos de hedge	-	(2.294.055)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(5.488)	-
Pagamento de juros	(150.980)	(370.811)
Pagamento de contingências	(43.698)	(16.340)
Recebimento de juros	793.958	427.650
Impacto da adoção do IFRS 16	-	(81.016)
Caixa proveniente das atividades operacionais	1.423.413	(269.473)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Alienações no tangível	2.186	194
Alienações de ativos não financeiros mantidos para venda	29.453	32.052
Aplicações no tangível	-	(951)
Aplicações no intangível	(1.428)	(1.697)
Caixa proveniente das atividades de investimento	30.211	29.598
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	19.867.590	17.811.752
Instrumentos de capital	(914.595)	(296.132)
Pagamento de empréstimos	(19.956.346)	(19.678.273)
Caixa proveniente das atividades de financiamento	(1.003.351)	(2.162.653)
Fluxo de caixa (utilizado) originado no exercício	450.273	(2.402.528)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	586.815	2.866.293
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	13.830	123.050
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	1.050.918	586.815

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

1. Contexto Operacional, Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Outras Informações

a) Contexto operacional.

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., (“Companhia”, “Instituição”, “CCB Brasil”, “Banco” ou “Consolidado”) foi constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma Joint Venture destinada a operações no mercado de *Factoring* e *Forfaiting*.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho da Administração em 25 de março de 2021.

b) Transações em moedas estrangeiras e moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais de cada entidade estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Real, moeda funcional do CCB Brasil e moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do período.

c) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do CCB Brasil foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela International Accounting Standard Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações do IFRS (atual denominação do IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes.

d) Base para consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

As empresas controladas incluídas na consolidação estão especificadas abaixo:

Denominação social	País de origem	Método de Consolidação	Participação
			<u>2020</u>
Subsidiárias diretas no País			
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A	Brasil	Integral	100%
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	Brasil	Integral	100%
CCB Brasil Informática S/A	Brasil	Integral	100%
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	Brasil	Integral	100%
CCB Brasil S/A – Crédito, Financiamentos e Investimentos	Brasil	Integral	100%
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Integral	100%
CCB Brasil Cobrança Ltda.	Brasil	Integral	100%

2. Políticas Contábeis e Critérios de Apuração

As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Classificações dos instrumentos financeiros

i. Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o CCB Brasil se torna uma parte integrante na relação contratual do instrumento. Isso inclui: compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

ii. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

O CCB Brasil classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros depende de:

- O modelo de negócios no qual são administrados;
- As características de seus fluxos de caixa (Solely Payment of Principal and Interest Test – SPPI Test).

Modelo de negócios: representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o Banco considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas do CCB Brasil, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do SPPI Test.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Baseado nestes fatores, o Banco aplica os seguintes critérios para cada categoria de classificação:

- **Custo Amortizado**
 - Ativos administrados para obter fluxos de caixas contratuais apenas de pagamentos de principal e juros (*SPPI Test*);
 - Inicialmente reconhecidos a valor justo mais custos de transação;
 - Subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva;
 - Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita com Juros e Similares.
- **Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes**
 - Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa contratuais apenas de pagamentos de principal e juros (*SPPI Test*), quanto para a venda;
 - Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação;
 - Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica “Outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido”.
- **Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo**
 - Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”;
 - Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo;
 - Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado;

- Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica “Ganhos (Perdas) com ativos e passivos financeiros líquidos”.

b) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados da seguinte forma:

i. Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. Perda de crédito esperada

O Banco avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração Consolidada do Resultado.

No caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o Banco reconhece a provisão para perdas na Demonstração Consolidada do Resultado em contrapartida ao Resultado, sem efeito no valor contábil bruto do ativo financeiro.

A cada período reportado, o Banco avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados mensalmente ou quando condições de mercado exigirem.

O Banco aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos do governo brasileiro, conforme estudo efetuado pelo Banco.

O Banco avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

iii. Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Classificação aplicada a derivativos e outros passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”. O Banco designa passivos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento.

Ganhos ou perdas em passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado são apresentados parcialmente em outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o lucro líquido ou prejuízo (o valor da mudança no valor justo do passivo financeiro é atribuído para mudanças no prêmio de risco de crédito do passivo, que não é atribuído a variação de risco de mercado) e parcialmente como resultado do exercício (o valor restante da mudança no valor justo do passivo).

Técnicas de avaliação de valor justo

Os métodos adotados pelo CCB Brasil para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros seguem três diferentes níveis, conforme segue:

- Nível 1: Utiliza como referência cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Estão incluídos nesse nível, substancialmente, os títulos de emissão do tesouro nacional, títulos de emissão privada com mercado secundário “ativo”, e os instrumentos de patrimônio (ações) de outras entidades.

- Nível 2: Na ausência de cotações públicas, o CCB Brasil, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos

financeiros derivativos, cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão estão alocados neste nível além das emissões no exterior com preços disponíveis no mercado secundário.

- Nível 3: Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações internas e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2020 não havia instrumentos financeiros enquadrados nesse nível.

Não houve reclassificações entre o nível 1 e o nível 2 nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	2020			2019		
	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total
Derivativos (nota 6)	5.340	98.570	103.910	6.156	425.125	431.281
Ativos Financeiros a valor justo de outros resultados abrangentes (nota 5)	4.800.949	-	4.800.949	4.720.291	-	4.720.291
Derivativos (nota 6)	8.923	82.233	91.156	6.945	14.889	21.834
Outros passivos ao valor justo através do resultado (nota 17 e nota 19)	-	30.562	30.562	1.069.201	46.991	1.116.192

As principais técnicas usadas pelos modelos internos (nível 2) do CCB Brasil para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros detalhados na tabela a seguir são as seguintes:

	Valores justos calculados utilizando-se modelos internos	Técnicas de avaliação	Principais premissas
	2020	2019	
Derivativos Ativos	98.570	425.125	
Contratos de swap	80.846	424.886	Método do valor presente Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Operações a termo	17.724	239	Método do valor presente Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros)
Derivativos Passivos	82.233	14.889	
Contratos de swap	51.864	11.118	Método do valor presente Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Operações a termo	30.369	3.771	Modelo Black-Scholes Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros)
Outros passivos ao valor justo através do resultado	30.562	46.991	
Obrigações por empréstimo no exterior	30.562	46.991	Método do valor presente Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)

c) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

O quadro abaixo tem como propósito demonstrar o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo nas demonstrações financeiras.

	2020				
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS					
TVM à custo amortizado (nota 5)	83.674	83.667	-	83.667	-
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS					
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota 7)	10.357.440	11.712.628	-	11.712.628	-
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO					
Depósitos de instituições financeiras (nota 14)	3.748.065	3.748.102	-	3.748.102	-
Depósitos de clientes (nota 15)	5.702.394	5.714.095	-	5.714.095	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 16)	693.199	694.924	-	694.924	-
Instrumento de capital (nota 17)	892.897	1.090.232	-	1.090.232	-
Obrigações por empréstimos no país (nota 18)	154.233	153.000	-	153.000	-
Obrigações por empréstimos no exterior (nota 19)	4.128.159	4.313.320	-	4.313.320	-

	2019				
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS					
TVM à custo amortizado (nota 5)	81.088	81.088	-	81.088	-
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS					
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota 7)	10.378.059	11.075.128	-	11.075.128	-
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO					
Depósitos de instituições financeiras (nota 14)	3.943.754	3.943.856	-	3.943.856	-
Depósitos de clientes (nota 15)	3.313.521	3.316.444	-	3.316.444	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 16)	1.441.971	1.444.037	-	1.444.037	-
Instrumento de capital (nota 17)	694.983	818.352	-	818.352	-
Obrigações por empréstimos no país (nota 18)	216.833	196.487	-	196.487	-
Obrigações por empréstimos no exterior (nota 19)	4.475.380	4.641.369	-	4.641.369	-

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros, ou parte deles, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de receber o fluxo de caixa dos ativos expirarem, ou quando forem transferidos e o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou o Grupo não transfere e nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de participações.

O consolidado efetua transações onde retém os direitos contratuais de receber o fluxo de caixa dos ativos, mas assume uma obrigação contratual de pagar esses fluxos de caixa a outras entidades e transfere substancialmente todos os riscos e benefícios. Essas transações são contabilizadas como transferências 'repassadas' que resultam em desreconhecimento se o grupo:

- (i) não tem obrigação de efetuar pagamentos, a menos que receba valores equivalentes dos ativos;
- (ii) É proibido vender ou oferecer os ativos; e
- (iii) tem a obrigação de remeter todo o dinheiro que arrecada dos ativos sem atraso material.

e) Apresentação líquida de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros e suas respectivas receitas e despesas relacionadas, são apresentados líquidos nas demonstrações financeiras se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Ativos não financeiros mantidos para venda

Ativos não correntes destinados à venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. Ativos não correntes para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes destinados à venda não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em “Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidos)” na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com um ativo não circulante destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

g) IFRS 16 - Operações de Arrendamento (Arrendatário)

O CCB Brasil é arrendatário, principalmente, de bens imóveis (ativos subjacentes) para realização de suas atividades comerciais. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica Outros Obrigações, que corresponde ao total dos pagamentos futuros a

valor presente em contrapartida ao Ativo de Direito de Uso, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Despesas com juros e similares na Demonstração Consolidada do Resultado.

h) Operações de hedge

i. Hedge de Valor Justo

Para essas operações são aplicadas as seguintes práticas:

- a) O ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de hedge pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco designado deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido e os critérios de hedge contábil não forem mais atendidos ou caso a designação seja revogada deve-se descontinuar prospectivamente o hedge contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

O Banco não possui *hedge accounting* de fluxo de caixa.

i) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de móveis, veículos, hardware e outros utensílios de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

Tipo de Ativo	Taxa Anual
Prédios próprios	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%
Automóveis	20%
Equipamentos de escritório e Informática	20%
	10% a 25%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(conforme contrato)

O Banco avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso seja constatada redução no valor recuperável de um ativo tangível, o valor apurado e as respectivas reversões (se este for o caso) são registrados no resultado do exercício na linha de “Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidos)”.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, as entidades consolidadas reconhecem a reversão da perda por não-recuperação reconhecida em exercícios anteriores e ajustam as despesas de depreciação futuras de acordo. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no exercícios em que forem incorridas.

j) Contabilização de leasings

Leasings financeiros são operações de crédito que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um ativo, a soma do valor presente dos pagamentos a serem recebidos do arrendatário em relação ao *leasing* mais o valor residual garantido - que, de modo geral, é o preço de exercício da opção de compra do arrendatário ao final do prazo do *leasing* - é reconhecida como empréstimo a terceiros e, portanto, incluída na rubrica “Empréstimos e adiantamento a clientes” no balanço patrimonial consolidado.

k) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem prováveis que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

O ágio originado em processo de aquisição de subsidiárias representa o excesso do custo da aquisição em razão do interesse da entidade no valor justo dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis na empresa adquirida na data da aquisição. Quando este excesso é negativo (deságio), é reconhecido imediatamente no resultado. O ágio é classificado

como um intangível de vida útil indefinida, assim sendo, ele não é passível de amortização pelo prazo de benefício econômico futuro esperado.

A não-recuperação do ágio (ou seja, uma redução em seu valor recuperável abaixo de seu valor contábil) é avaliada ao final de cada exercício apresentado, e qualquer não-recuperação é baixada e debitada à rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)” na demonstração consolidada do resultado.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com a IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (**nota explicativa 21**). O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável.

Provisões: são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (**nota explicativa 21**).

Passivos contingentes: o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

m) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo CCB Brasil para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas.
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços.
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução do serviço.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

n) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou avalizados pela entidade, etc.

O CCB Brasil reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado.

o) Impostos sobre a renda e contribuição social

A despesa do Imposto de Renda é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos sobre a renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer

deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, além de prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

Em 12 de novembro de 2019, foi promulgada a Emenda Constitucional No. 103, que dentre outros aspectos estabeleceu a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, de 15% para 20%, com vigência a partir de 1º de março de 2020, cujos efeitos estimados no estoque de créditos tributário registrados no Banco em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 140.799, enquanto no passivo fiscal diferido foi de R\$ 35.928.

IFRIC 23

Publicada em junho de 2017 pelo IASB, a IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro teve aplicação obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2019 e visa esclarecer os procedimentos de aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração disposto no IAS 12 de Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre os tratamentos a serem adotados para os Tributos sobre o Lucro.

O CCB Brasil efetuou análises sobre os procedimentos já adotados para contabilização e apresentação dos Impostos sobre o Lucro em relação ao conteúdo da IFRIC 23 e foi possível concluir que não há impactos nas divulgações a partir da adoção da nova norma em 01 de janeiro de 2019.

p) Estimativas contábeis críticas

Os resultados consolidados e a determinação do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do CCB Brasil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Todas as estimativas e premissas, as quais estão destacadas abaixo, aplicadas pela administração em conformidade com o IFRS são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável, no momento de sua aplicação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas, como a avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, mensuração do valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros e o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos. Estas

estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;

O “valor justo” de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser adquirido ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”).

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado.

Além do método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, swaps e operações a termo); onde os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (PU Anbima, DIIs e DDIs Futuros etc.).

ii. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros;

O CCB Brasil reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

iii. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período determinado. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

iv. Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis;

Nas datas-base de divulgação das demonstrações financeiras, o CCB Brasil possui como prática a verificação da existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

v. Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos;

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável a apuração de lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

As estimativas de apuração de lucros tributáveis futuros, baseiam-se no estudo técnico de realização de créditos tributários, que abrange estimativas e projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

vi. Provisões, Contingências e Outros Compromissos;

O CCB Brasil revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na **nota explicativa nº 21**.

A análise de sensibilidade é detalhada na **nota explicativa nº 37** - “Gestão de Riscos”.

vii. Provisão para garantias prestadas.

A metodologia para o cálculo das provisões em operações de fiança se baseia na probabilidade de desembolso para honrar as garantias prestadas, calculada através de modelo desenvolvido pela instituição com informações e critérios verificáveis.

Adicionalmente, discussões judiciais relacionadas a fianças cuja probabilidade de desembolso é considerada provável pelos consultores jurídicos da instituição estão incluídas nesta provisão.

3. Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil

	2020	2019
Caixa	102	283
Depósitos bancários de IF's sem conta reserva	64	153
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	168.393	93.381
Depósitos compulsórios no Banco Central	11.114	4.770
	179.673	98.587
Moeda:		
Real	11.280	5.206
Dólar norte-americano	168.393	93.381
	179.673	98.587
Prazo:		
Circulante	179.673	98.587

4. Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis	1.318.789	923.905
Tipo:		
<i>Ativos Financeiros ao custo amortizado (estágio 1):</i>		
Operações compromissadas	733.997	229.998
Depósitos judiciais, fiscais e trabalhistas	430.899	425.460
Depósitos interfinanceiros	<u>153.893</u>	<u>268.447</u>
	1.318.789	923.905
Moeda:		
Real	1.170.427	660.907
Dólar norte-americano	<u>148.362</u>	<u>262.998</u>
	1.318.789	923.905
Prazo:		
Circulante	888.340	480.461
Não circulante	<u>430.449</u>	<u>443.444</u>
	1.318.789	923.905

5. *Títulos e valores mobiliários*

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Classificação:		
Ativos financeiros ao custo amortizado	83.674	81.088
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	<u>4.800.949</u>	<u>4.720.291</u>
	<u>4.884.623</u>	<u>4.801.379</u>
Tipo:		
<i>Ativos Financeiros ao custo amortizado (estágio 1):</i>	<u>83.674</u>	<u>81.088</u>
Cotas de FIDC	83.674	81.088
<i>Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (estágio 1):</i>		
Títulos públicos do governo brasileiro (*)	4.800.949	4.720.291
Moeda:		
Real	4.884.623	4.801.379
Prazo:		
Circulante	1.093.254	3.420.025
Não circulante	<u>3.791.369</u>	<u>1.381.354</u>
	<u>4.884.623</u>	<u>4.801.379</u>

(*) O saldo contábil inclui R\$ 322.352 (R\$ 26.091 em 2019) referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos e R\$ 2.118 (R\$ 13.956 em 2019) referente a processos judiciais.

6. Derivativos

a) Política de utilização

Em função da Regra de Paul Volcker, aplicável ao Grupo CCB globalmente, as operações da carteira trading do CCB Brasil estão restritas às operações de derivativos com clientes e devem sempre ter hedge. Durante o exercício vigente e com o objetivo de mitigar o risco de mercado que é oriundo dos descasamentos entre os ativos e passivos do Consolidado, o CCB Brasil realizou a negociação de derivativos tradicionais e não complexos (plain vanilla) visando sobretudo atender à necessidade de clientes, sempre com respectivos hedges, como também utilizou deste instrumento para proteção de exposição a taxas de juros da carteira banking.

b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de Swap, NDF (termo de moeda) e Mercado Futuro para fins de hedge de obrigações com títulos emitidos no exterior e de funding em moeda estrangeira recebido. Com isto, há a possibilidade de se proteger do risco de variação da moeda e do cupom cambial que tais transações estão naturalmente sujeitas, e assim, se resguardando de oscilações inesperadas e impactantes por meio de hedge econômico e contábil, quando aplicável.

c) Proteção do Portfolio com Taxas Prefixadas

O CCB Brasil adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando o montante alocado por prazo do portfólio de crédito e o montante por vencimento dos contratos futuros de DI. Tendo em vista que o portfólio de crédito, objeto do hedge, está distribuído entre as empresas (Banco e Financeira), e por sua vez, os contratos futuros estão todos concentrados no Banco, desta forma, a designação do fair value hedge dessa relação foi aplicada apenas no balanço consolidado. A cobertura do hedge é monitorada diariamente e avaliada trimestralmente para fins de efetividade e manutenção do hedge contábil, e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de hedge com o objetivo de garantir uma efetividade do hedge no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação à mercado do layer protegido, objeto de hedge designado e a variação à mercado dos contratos futuros de DI.

d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31 de dezembro de 2020 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros e cupom de dólar que visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira trading), EVE e NII (para a carteira banking), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

e) Critérios de mensuração do valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas;
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável;

f) Registros de valores

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 31 de dezembro de 2020), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o Hedge de valor de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2020 apresentam as seguintes características:

	Valor de Referência – 2020					
	Diferencial		Posição Líquida dos Contratos Ativos e (Passivo)			
	A Receber	A Pagar	A vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	6.098	880	75.048	14.221	5.005	94.274
Moeda Estrangeira	70.623	50.312	(89.040)	(53.387)	(5.005)	(147.432)
Pré	827	-	13.992	39.166	-	53.158
Ajuste ao valor de mercado	3.298	672	-	-	-	-
Subtotal Swap	80.846	51.864	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	12.456	29.665	312.111	348.171	41.184	701.466
Venda de Termo/NDF	5.268	704	(315.265)	(67.872)	-	(383.137)
Subtotal Termo/NDF	17.724	30.369				

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Contratos Futuros:

Compra – Mercado Interfinanceiro	42	7	36.495	310.734	51.255	398.484
Venda – Mercado Interfinanceiro	17	664	(415.790)	(214.966)	(1.070.498)	(1.701.254)
Compra – DDI – Cupom Cambial	228	3.331	383.089	1.498.342	-	1.881.431
Venda – DDI – Cupom Cambial	937	134	(498.003)	(262.938)	(53.669)	(814.610)
Compra – Moeda Estrangeira	236	4.313	1.756.936	-	-	1.756.936
Venda – Moeda Estrangeira	3.880	474	(1.871.734)	-	-	(1.871.734)
Subtotal Futuros	5.340	8.923				

Total	103.910	91.156
--------------	----------------	---------------

Prazo:

Circulante	57.374	53.768
Não circulante	46.536	37.388
	103.910	91.156

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2019 apresentam as seguintes características:

	Valor de Referência – 2019					
	Diferencial		Posição Líquida dos Contratos Ativos e (Passivo)			
	A Receber	A Pagar	A vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	7.446	2.130	83.471	(132.377)	(19.977)	(68.883)
Moeda Estrangeira	405.673	7.374	(187.454)	97.838	19.977	(69.639)
Pré	3.479	1.371	103.983	34.539	-	138.522
Ajuste ao valor de mercado	8.288	243	-	-	-	-
Subtotal Swap	424.886	11.118				
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	60	3.540	53.978	66.747	7.029	127.754
Venda de Termo/NDF	179	231	(26.231)	(28.864)	-	(55.095)
Subtotal Termo/NDF	239	3.771				
Contratos Futuros:						
Compra – Mercado Interfinanceiro	4	1	-	75.575	10.896	86.471
Venda – Mercado Interfinanceiro	9	753	(96.998)	(783.356)	(1.007.887)	(1.888.241)
Compra – DDI – Cupom Cambial	-	1.697	173.774	81.114	-	254.888
Venda – DDI – Cupom Cambial	418	-	-	(49.746)	(9.752)	(59.498)
Compra – Moeda Estrangeira	-	4.493	-	659.681	-	659.681
Venda – Moeda Estrangeira	5.725	1	-	(848.814)	-	(848.814)
Subtotal Futuros	6.156	6.945				
Total	431.281	21.834				
Prazo:						
Circulante	394.113	13.545				
Não circulante	37.168	8.289				
	431.281	21.834				

7. Empréstimos e Adiantamentos a Clientes

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	2020		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
	TOTAL		
Pessoas Físicas	1.610.440	78.359	408.964
Consignado	1.608.087	78.337	359.202
Outros empréstimos	2.353	22	49.762
Pessoas Jurídicas	8.092.415	54.324	112.938
Capital de Giro	2.891.096	28.174	22.029
Financiamento à exportação / importação	3.670.979	7.702	10.435
Outros empréstimos	1.530.340	18.448	80.474
Total	9.702.855	132.683	521.902
10.357.440			
Prazo:			
Circulante			6.322.181
Não circulante			4.035.259
			10.357.440

	2019		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
	TOTAL		
Pessoas Físicas	2.207.818	283.938	224.502
Consignado	2.192.641	283.756	123.692
Outros empréstimos	15.177	182	100.810
Pessoas Jurídicas	7.333.477	226.269	102.055
Capital de Giro	3.022.572	16.585	7.574
Financiamento à exportação / importação	2.239.376	68.421	11.751
Outros empréstimos	2.071.529	141.263	82.730
Total	9.541.295	510.207	326.557
10.378.059			
Prazo:			
Circulante			4.658.708
Não circulante			5.719.351
			10.378.059

b) Valor contábil bruto (carteira de crédito) para estágios de perda esperada

Reconciliação da carteira bruta de “Empréstimos e adiantamentos a clientes”, segregadas por estágios:

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2019	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Outras Movimentações*	Saldo Final 31/12/2020
Pessoas Físicas	2.207.818	(13.744)	(194.372)	35.555	10.157	(434.974)	1.610.440
Consignado	2.192.641	(13.744)	(183.527)	35.554	10.141	(432.978)	1.608.087
Outros empréstimos **	15.177	-	(10.845)	1	16	(1.996)	2.353
Pessoas Jurídicas	7.333.477	(17.162)	(35.335)	18.912	-	792.523	8.092.415
Capital de Giro	3.022.572	(17.162)	(4.219)	6.756	-	(116.851)	2.891.096
Financiamento à exportação / importação	2.239.376		-	-	-	1.431.603	3.670.979
Outros empréstimos **	2.071.529	-	(31.116)	12.156	-	(522.229)	1.530.340
Total	9.541.295	(30.906)	(229.707)	54.467	10.157	357.549	9.702.855

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2019	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Outras Movimentações *	Saldo Final 31/12/2020
Pessoas Físicas	283.938	(35.555)	(33.023)	13.744	1.375	(152.120)	78.359
Consignado	283.756	(35.554)	(32.976)	13.744	1.375	(152.008)	78.337
Outros empréstimos **	182	(1)	(47)	-	-	(112)	22
Pessoas Jurídicas	226.269	(18.912)	-	17.162	-	(170.195)	54.324
Capital de Giro	16.585	(6.756)	-	17.162		1.183	28.174
Financiamento à exportação / importação	68.421	-	-			(60.719)	7.702
Outros empréstimos **	141.263	(12.156)	-			(110.659)	18.448
Total	510.207	(54.467)	(33.023)	30.906	1.375	(322.315)	132.683

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2019	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-off	Outras Movimentações *	Saldo Final 31/12/2020
Pessoas Físicas	224.502	(10.157)	(1.375)	194.372	33.023	(81.232)	49.831	408.964
Consignado	123.692	(10.141)	(1.375)	183.527	32.976	(45.105)	75.628	359.202
Outros empréstimos **	100.810	(16)		10.845	47	(36.127)	(25.797)	49.762
Pessoas Jurídicas	102.055	-	-	35.335	-	(127.561)	103.109	112.938
Capital de Giro	7.574	-		4.219	-	-	10.236	22.029
Financiamento à exportação / importação	11.751	-	-	-	-	-	(1.316)	10.435
Outros empréstimos **	82.730	-		31.116		(127.561)	94.189	80.474
Total	326.557	(10.157)	(1.375)	229.707	33.023	(208.793)	152.940	521.902

Consolidado dos 3 Estágios			Saldo Inicial 31/12/2019	Write-off	Outras Movimentações	Saldo Final 31/12/2020
Pessoas Físicas			2.716.258	(81.232)	(537.263)	2.097.763
Consignado			2.600.089	(45.105)	(509.358)	2.045.626
Outros empréstimos **			116.169	(36.127)	(27.905)	52.137
Pessoas Jurídicas			7.661.801	(127.561)	725.437	8.259.677
Capital de Giro			3.046.731	-	(105.432)	2.941.299
Financiamento à exportação / importação			2.319.548	-	1.369.568	3.689.116
Outros empréstimos **			2.295.522	(127.561)	(538.699)	1.629.262
Total			10.378.059	(208.793)	188.174	10.357.440

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

* Em “outras movimentações” são considerados as operações baixadas por recebimento e a inclusão de novas operações, cessões de crédito e variação cambial de operações indexadas em moeda estrangeira.

** Em “outros empréstimos” são incluídas outras modalidades de crédito (Adiantamentos sobre contratos de câmbio, Financiamentos rurais e agroindustriais, Financiamentos de máquinas e veículos pesados, Devedores por compra de valores e bens, Títulos e créditos a receber).

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2018	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Outras Movimentações *	Saldo Final 31/12/2019
Pessoas Físicas	1.961.641	(5.658)	(160.382)	2.503	15.322	394.392	2.207.818
Consignado	1.805.304	(5.646)	(60.618)	2.503	4.777	446.321	2.192.641
Outros empréstimos **	156.337	(12)	(99.764)	-	10.545	(51.929)	15.177
Pessoas Jurídicas	5.932.276	(18.233)	(10.565)	-	-	1.429.999	7.333.477
Capital de Giro	2.966.124	(4.911)	(336)	-	-	61.695	3.022.572
Financiamento à exportação / importação	1.552.351	(13.322)	-	-	-	700.347	2.239.376
Outros empréstimos **	1.413.801	-	(10.229)	-	-	667.957	2.071.529
Total	7.893.917	(23.891)	(170.947)	2.503	15.322	1.824.391	9.541.295

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Outras Movimentações *	Saldo Final 31/12/2019
Pessoas Físicas	104.870	(2.503)	(13.113)	5.658	310	188.716	283.938
Consignado	90.939	(2.503)	(5.751)	5.646	310	195.115	283.756
Outros empréstimos **	13.931	-	(7.362)	12	-	(6.399)	182
Pessoas Jurídicas	472.744	-	-	18.233	19.769	(284.477)	226.269
Capital de Giro	311.492	-	-	4.911	-	(299.818)	16.585
Financiamento à exportação / importação	111.058	-	-	13.322	19.769	(75.728)	68.421
Outros empréstimos **	50.194	-	-	-	-	91.069	141.263
Total	577.614	(2.503)	(13.113)	23.891	20.079	(95.761)	510.207

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-off	Outras Movimentações *	Saldo Final 31/12/2019
Pessoas Físicas	166.401	(15.322)	(310)	160.382	13.113	(100.052)	290	224.502
Consignado	106.631	(4.777)	(310)	60.618	5.751	(38.746)	(5.475)	123.692
Outros empréstimos **	59.770	(10.545)	-	99.764	7.362	(61.306)	5.765	100.810
Pessoas Jurídicas	202.601	-	(19.769)	10.565	-	(64.147)	(27.195)	102.055
Capital de Giro	18.886	-	-	336	-	-	(11.648)	7.574
Financiamento à exportação / importação	77.959	-	(19.769)	-	-	-	(46.439)	11.751
Outros empréstimos **	105.756	-	-	10.229	-	(64.147)	30.892	82.730
Total	369.002	(15.322)	(20.079)	170.947	13.113	(164.199)	(26.905)	326.557

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo Inicial 31/12/2018	Write-off	Outras Movimentações	Saldo Final 31/12/2019
Pessoas Físicas	2.232.912	(100.052)	583.398	2.716.258
Consignado	2.002.874	(38.746)	635.961	2.600.089
Outros empréstimos **	230.038	(61.306)	(52.563)	116.169
Pessoas Jurídicas	6.607.621	(64.147)	1.118.327	7.661.801
Capital de Giro	3.296.502	-	(249.771)	3.046.731
Financiamento à exportação / importação	1.741.368	-	578.180	2.319.548
Outros empréstimos **	1.569.751	(64.147)	789.918	2.295.522
Total	8.840.533	(164.199)	1.701.725	10.378.059

* Em “outras movimentações” são considerados as operações baixadas por recebimento e a inclusão de novas operações, cessões de crédito e variação cambial de operações indexadas em moeda estrangeira.

** Em “outros empréstimos” são incluídas outras modalidades de crédito (Adiantamentos sobre contratos de câmbio, Financiamentos rurais e agroindustriais, Financiamentos de máquinas e veículos pesados, Devedores por compra de valores e bens, Títulos e créditos a receber).

c) Perda de crédito esperada

Composição da provisão para perda de crédito esperada de “Empréstimos e adiantamentos a clientes e títulos e valores mobiliários”:

	2020	2019
Pessoas Físicas	326.576	223.405
Consignado	299.685	172.390
Outros empréstimos	26.891	51.015
Pessoas Jurídicas	110.640	143.677
Capital de Giro	25.867	29.489
Financiamento à exportação / importação	32.078	47.483
Outros empréstimos	52.695	66.705
Subtotal	437.216	367.082
Títulos e valores mobiliários	521	356
Total	437.737	367.438
Prazo:		
Circulante	210.310	192.566
Não circulante	227.427	174.872
	437.737	367.438

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Reconciliação da provisão para perda de crédito esperada de “Empréstimos e adiantamentos a clientes”, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo Inicial	Transferência	Transferência	Transferência	Transferência	Constituição /	Saldo Final
	31/12/2019	para Estágio 2	para Estágio 3	do Estágio 2	do Estágio 3	(Reversão)	31/12/2020
Pessoas Físicas	61.946	(449)	(6.107)	3.260	7.196	(15.680)	50.166
Consignado	61.398	(449)	(5.816)	3.260	7.187	(15.604)	49.976
Outros empréstimos	548	-	(291)	-	9	(76)	190
Pessoas Jurídicas	64.424	(118)	(355)	338	-	(32.127)	32.162
Capital de Giro	24.187	(118)	(263)	185	-	(15.491)	8.500
Financiamento à exportação / importação	30.630	-	-	-	-	(11.033)	19.597
Outros empréstimos	9.607	-	(92)	153	-	(5.603)	4.065
Total	126.370	(567)	(6.462)	3.598	7.196	(47.807)	82.328

Estágio 2	Saldo Inicial	Transferência	Transferência	Transferência	Transferência	Constituição /	Saldo Final
	31/12/2019	para Estágio 1	para Estágio 3	do Estágio 1	do Estágio 3	(Reversão)	31/12/2020
Pessoas Físicas	24.040	(3.260)	(2.839)	449	928	(13.217)	6.101
Consignado	24.023	(3.260)	(2.832)	449	928	(13.208)	6.100
Outros empréstimos	17	-	(7)	-	-	(9)	1
Pessoas Jurídicas	7.944	(338)	-	118	-	(2.446)	5.278
Capital de Giro	272	(185)	-	118	-	332	537
Financiamento à exportação / importação	7.037	-	-	-	-	(2.320)	4.717
Outros empréstimos	635	(153)	-	-	-	(458)	24
Total	31.984	(3.598)	(2.839)	567	928	(15.663)	11.379

Estágio 3	Saldo Inicial	Transferência	Transferência	Transferência	Transferência	Write-off	Constituição /	Saldo Final
	31/12/2019	para Estágio 1	para Estágio 2	do Estágio 1	do Estágio 2		(Reversão)	31/12/2020
Pessoas Físicas	137.419	(7.196)	(928)	6.107	2.839	(81.232)	213.300	270.309
Consignado	86.969	(7.187)	(928)	5.816	2.832	(45.104)	201.211	243.609
Outros empréstimos	50.450	(9)	-	291	7	(36.128)	12.089	26.700
Pessoas Jurídicas	71.309	-	-	355	-	(127.561)	129.097	73.200
Capital de Giro	5.030	-	-	263	-	-	11.537	16.830
Financiamento à exportação / importação	9.816	-	-	-	-	-	(2.052)	7.764
Outros empréstimos	56.463	-	-	92	-	(127.561)	119.612	48.606
Total	208.728	(7.196)	(928)	6.462	2.839	(208.793)	342.397	343.509

Consolidado dos 3 Estágios			Saldo Inicial	Write-off	Constituição /	Saldo Final
			31/12/2019		(Reversão)	31/12/2020
Pessoas Físicas			223.405	(81.232)	184.403	326.576
Consignado			172.390	(45.104)	172.399	299.685
Outros empréstimos			51.015	(36.128)	12.004	26.891
Pessoas Jurídicas			143.677	(127.561)	94.524	110.640
Capital de Giro			29.489	-	(3.622)	25.867
Financiamento à exportação / importação			47.483	-	(15.405)	32.078
Outros empréstimos			66.705	(127.561)	113.551	52.695
SubTotal			367.082	(208.793)	278.927	437.216
Títulos e valores mobiliários			356	-	165	521
Total			367.438	(208.793)	279.092	437.737

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Estágio 1		Saldo Inicial 31/12/2018	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2019
Pessoas Físicas		57.829	(171)	(7.504)	197	8.045	3.550	61.946
Consignado		50.096	(171)	(1.774)	197	3.441	9.609	61.398
Outros empréstimos		7.733	-	(5.730)	-	4.604	(6.059)	548
Pessoas Jurídicas		34.470	(184)	(18)	-	-	30.156	64.424
Capital de Giro		16.328	(74)	(3)	-	-	7.936	24.187
Financiamento à exportação / importação		13.082	(110)	-	-	-	17.658	30.630
Outros empréstimos		5.060	-	(15)	-	-	4.562	9.607
Total		92.299	(355)	(7.522)	197	8.045	33.706	126.370

Estágio 2		Saldo Inicial 31/12/2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2019
Pessoas Físicas		6.121	(197)	(1.099)	171	218	18.826	24.040
Consignado		5.095	(197)	(427)	171	218	19.163	24.023
Outros empréstimos		1.026	-	(672)	-	-	(337)	17
Pessoas Jurídicas		6.304	-	-	184	13.632	(12.176)	7.944
Capital de Giro		963	-	-	74	-	(765)	272
Financiamento à exportação / importação		5.023	-	-	110	13.632	(11.728)	7.037
Outros empréstimos		318	-	-	-	-	317	635
Total		12.425	(197)	(1.099)	355	13.850	6.650	31.984

Estágio 3		Saldo Inicial 31/12/2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-off	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2019
Pessoas Físicas		104.407	(8.045)	(218)	7.504	1.099	(100.052)	132.724	137.419
Consignado		75.348	(3.441)	(218)	1.774	427	(38.746)	51.825	86.969
Outros empréstimos		29.059	(4.604)	-	5.730	672	(61.306)	80.899	50.450
Pessoas Jurídicas		122.854	-	(13.632)	18	-	(64.147)	26.216	71.309
Capital de Giro		11.976	-	-	3	-	-	(6.949)	5.030
Financiamento à exportação / importação		50.693	-	(13.632)	-	-	-	(27.245)	9.816
Outros empréstimos		60.185	-	-	15	-	(64.147)	60.410	56.463
Total		227.261	(8.045)	(13.850)	7.522	1.099	(164.199)	158.940	208.728

Consolidado dos 3 Estágios				Saldo Inicial 31/12/2018	Write-off	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2019
Pessoas Físicas				168.357	(100.052)	155.100	223.405
Consignado				130.539	(38.746)	80.597	172.390
Outros empréstimos				37.818	(61.306)	74.503	51.015
Pessoas Jurídicas				163.628	(64.147)	44.196	143.677
Capital de Giro				29.267	-	222	29.489
Financiamento à exportação / importação				68.798	-	(21.315)	47.483
Outros empréstimos				65.563	(64.147)	65.289	66.705
SubTotal				331.985	(164.199)	199.296	367.082
Títulos e valores mobiliários				6.733	-	(6.377)	356
Total				338.718	(164.199)	192.919	367.438

8. Outros Empréstimos e Recebíveis

São considerados “Outros Empréstimos e Recebíveis” todos os saldos cujas contra partes não são clientes ou instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica é basicamente composta por saldos pendentes de liquidação junto a bolsa de valores (nos prazos usuais de mercado) e créditos concedidos sem característica de concessão de crédito classificados como custo amortizado.

	2020	2019
Rendas a receber	14.750	16.412
Créditos concedidos sem característica de concessão de crédito	11.647	12.421
Total	26.397	28.833
Prazo:		
Circulante	11.783	17.039
Não circulante	14.614	11.794
	26.397	28.833

9. Ativos não financeiros mantidos para venda

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

a) Composição

	2020	2019
Classificação:		
Ativos não financeiros mantidos para venda	156.986	196.765
Tipo:		
Imóveis	280.315	336.345
Máquinas e equipamentos	17.053	27.114
Veículos	5.542	7.659
Aeronaves	-	5.900
Outros	813	630
Provisão por redução ao valor recuperável	(146.737)	(180.883)
	156.986	196.765

b) Movimentação

	2020	2019
Custo:		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	377.648	410.198
Bens retomados	5.539	15.198
Ganho (perda) na venda de bens	(11.900)	(395)
Baixa por inutilização	(38.111)	-
Alienações	(29.453)	(47.353)
Saldos no final do exercício	303.723	377.648
Provisão acumulada:		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(180.883)	(163.060)
Reversão por alienação/venda de bens	15.953	10.752
Reversão inutilização	38.111	-
Provisões do exercício	(19.918)	(28.575)
Total provisão no final do exercício	(146.737)	(180.883)
Saldo líquido dos ativos não financeiros mantidos para venda	156.986	196.765

10. Investimentos

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Títulos patrimoniais	233	233
Ações e cotas	14	14
Outros ativos financeiros	<u>9</u>	<u>9</u>
Total	256	256

11. Ativo Tangível

Os ativos tangíveis do CCB Brasil dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O CCB Brasil não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento.

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>
Terrenos e edificações	187.742	(82.684)	105.058
Sistemas de processamento de dados	10.272	(9.965)	307
Instalações, móveis e equipamentos de uso	17.826	(14.911)	2.915
Outros	2.297	(2.133)	164
Saldos em 31 de dezembro de 2020	218.137	(109.693)	108.444
Terrenos e edificações	85.950	(58.250)	27.700
Adoção inicial IFRS 16	81.016	(7.371)	73.645
Sistemas de processamento de dados	10.323	(9.894)	429
Instalações, móveis e equipamentos de uso	20.630	(15.687)	4.943
Outros	2.298	(2.020)	278
Saldos em 31 de dezembro de 2019	200.217	(93.222)	106.995

As variações na rubrica “Ativo tangível” nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custo:		
Saldos no início do exercício	200.217	118.788
Adoção Inicial IFRS 16	-	81.016
Adições	20.994	951
Alienações	(3.074)	(538)
Saldos no final do exercício	218.137	200.217
Depreciação acumulada:		
Saldos no início do exercício	(93.222)	(76.038)
Adoção Inicial IFRS 16	-	(7.371)
Adições	(17.359)	(10.157)
Alienações	888	344
Total depreciação no final do exercício	(109.693)	(93.222)
Saldo líquido do Ativo Tangível	108.444	106.995

12. Ativo Intangível

A composição do saldo da rubrica “Ativo intangível” é a seguinte:

	Vida útil estimada	2020	2019
Com vida útil definida:			
Gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais	Diversos	24.496	23.068
Amortização acumulada	Até 5 anos	(22.508)	(20.176)
Sem vida útil definida:			
Ágio CCB Brasil Financeira		-	105.190
		1.988	108.082

As variações na rubrica “Ativo intangível” foram as seguintes:

	2020	2019
Saldos iniciais	108.082	109.181
Adições	1.428	1.697
Perda por imparidade	(105.190)	-
Amortizações	(2.332)	(2.796)
Saldos no final do exercício	1.988	108.082

Durante o exercício de 2020, em decorrência das incertezas advindas da pandemia causada pela COVID 19, bem como um aumento no volume de inadimplência nas operações de crédito consignado e a redução significativa dos volumes operados, o Banco realizou a baixa do ágio no valor de R\$ 105.190, por não haver expectativa de geração de fluxo de caixa em exercícios futuros suficientes para a manutenção do goodwill.

	2020	2019
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	-	105.190
Segmento operacional:		
Varejo	-	105.190
	-	Varejo
Principais premissas:		
Base de avaliação	-	Valor em uso:
Período das projeções dos fluxos de caixa ⁽¹⁾	-	fluxos de caixa
Taxa de crescimento na perpetuidade	-	10 anos
Taxa de desconto	-	6,1% a.a
		14,4%

⁽¹⁾ As projeções de fluxo de caixa foram baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação. O período de 10 anos utilizado para a projeção dos fluxos de caixa no exercício de 2019 refletiu adequadamente os ciclo de longo prazo dos negócios da unidade, dado que a mesma efetuou operações de crédito com prazos que poderiam chegar em até 96 meses com prazo médio de 48 meses.

13. Outros Ativos

A composição dos saldos da rubrica “Outros ativos” é a seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Devedores diversos	34.330	19.345
Outros valores a receber (*)	28.097	31.429
Despesas antecipadas	956	9.514
Demais contas	2.094	1.324
	65.477	61.612
Prazo:		
Circulante	36.970	30.211
Não circulante	28.507	31.401
	65.477	61.612

(*) Refere-se substancialmente a ativos com programas sociais habitacionais no montante de R\$ 21.247 (R\$ 21.247 em 2019).

14. Depósitos de Instituições Financeiras

A composição, por classificação, contraparte, tipo e moeda, dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	3.748.065	3.943.754
Tipo:		
Obrigações por operações compromissadas	3.499.202	3.603.526
Depósitos interfinanceiros	<u>248.863</u>	<u>340.228</u>
	3.748.065	3.943.754
Moeda:		
Real	<u>3.748.065</u>	<u>3.943.754</u>
	3.748.065	3.943.754
Prazo:		
Circulante	3.748.065	3.925.982
Não circulante	<u>-</u>	<u>17.772</u>
	3.748.065	3.943.754

15. Depósitos de Clientes

A composição, por classificação, tipo e rubrica “Depósitos de clientes” é a seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	5.702.394	3.313.521
Tipo:		
Depósitos a prazo	5.555.163	3.157.944
Depósitos à vista	114.594	86.581
Depósitos poupança	2.935	2.977
Outros Depósitos (*)	<u>29.702</u>	<u>66.019</u>
	5.702.394	3.313.521
Moeda:		
Real	5.672.720	3.247.515
Dólar Norte-americano	<u>29.674</u>	<u>66.006</u>
	5.702.394	3.313.521
Prazo:		
Circulante	2.487.369	2.561.844
Não circulante	<u>3.215.025</u>	<u>751.677</u>
	5.702.394	3.313.521

(*) Refere-se substancialmente a conta de ordens de pagamento em moeda estrangeira no montante de R\$ 29.674 (R\$ 66.006 em 2019).

16. Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Obrigações por títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	693.199	1.441.971
Tipo:		
<i>Passivos financeiros ao custo amortizado</i>		
Obrigações por emissão de letras financeiras	411.916	754.625
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	278.669	610.297
Obrigações por títulos e valores no exterior	-	55.066
Obrigações por emissão de letra de crédito imobiliário	<u>2.614</u>	<u>21.983</u>
	693.199	1.441.971
Moeda de emissão		
Real	693.199	1.386.905
Dólar norte-americano	<u>-</u>	<u>55.066</u>
Saldos no final do exercício	693.199	1.441.971
Prazo:		
Circulante	433.315	1.080.239
Não circulante	<u>259.884</u>	<u>361.732</u>
	693.199	1.441.971

17. Instrumentos de capital

Os detalhes do saldo da rubrica “Instrumentos de capital” são os seguintes:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Classificação:		
Outros passivos ao valor justo no resultado (*)	-	1.069.201
Passivos financeiros ao custo amortizado	<u>892.897</u>	<u>694.983</u>
	892.897	1.764.184
Tipo:		
Outros Passivos ao valor justo no resultado		
Títulos e valores no exterior		
Eurobonds (*)	-	1.069.201
Passivos Financeiros ao custo amortizado		
Dívida subordinada	529.128	412.834
Dívida perpétua (**)	<u>363.769</u>	<u>282.149</u>
	892.897	694.983
Moeda:		
Dólar norte-americano	892.897	1.764.184
Prazo:		
Circulante	-	1.071.629
Não circulante	<u>892.897</u>	<u>692.555</u>
	892.897	1.764.184

(*) A dívida subordinada (BIC20) emitida em 2010, autorizada a compor o Capital Nível II da Instituição, foi liquidada em abril de 2020. Em 2020 já não fazia parte do Capital, cumprindo com a Resolução CMN nº 4.192/13, que determina dedução de 100% do saldo contábil nos últimos doze meses anteriores ao vencimento.

(**) Em 29 de dezembro de 2016, o CCB Brasil emitiu Bônus Perpétuo no montante US\$ 70 milhões, com incidência de juros de 8% ao ano, devidos anualmente, no dia 30 de dezembro de cada ano, podendo este pagamento ser suspenso caso o valor dos juros excedesse ao montante dos lucros distribuíveis e das reservas de lucro acumulados, sendo que a referida suspensão, pelo não atendimento destas condições, não se acumula para períodos subsequentes e os montantes não pagos deixam de ser devidos. Desde a emissão do Bônus Perpétuo, foram realizados pagamentos no valor total de US\$ 16.800 referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019, apesar das condições mínimas relacionadas a apuração de lucros não terem sido atendidas. Desta forma, em novembro de 2020, a Administração do CCB Brasil, após pedido de ressarcimento, obteve reembolso integral dos valores pagos anteriormente, no montante de R\$ 89.870 equivalentes a US\$ 16.800, ora apresentado no grupo Outras receitas (despesas) operacionais (nota 29). Adicionalmente, em decorrência do prejuízo auferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco não efetuou pagamento dos juros referente aquele período no montante de R\$ 13.783.

18. Obrigações de Empréstimos no País

A composição dos saldos da rubrica “Obrigações de empréstimos no país” é a seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	154.233	216.833
Sendo:		
Obrigações por repasses – Ministério da Agricultura	146.935	213.670
Outros fundos e programas	6.329	2.194
Obrigações por repasses – Ministério das Cidades	969	969
	<u>154.233</u>	<u>216.833</u>
Moeda:		
Real	154.233	216.833
Prazo:		
Circulante	130.070	194.635
Não circulante	24.163	22.198
	<u>154.233</u>	<u>216.833</u>

19. Obrigações de Empréstimos no Exterior

A composição dos saldos da rubrica “Obrigações de empréstimos no exterior” é a seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	4.128.159	4.475.380
Outros passivos ao valor justo através do resultado	<u>30.562</u>	<u>46.991</u>
	4.158.721	4.522.371
Sendo:		
Passivo Financeiro ao custo amortizado:		
Financiamento à Importação / exportação	4.128.159	4.475.380
Outros passivos ao valor justo através do resultado:		
Obrigação por repasse no exterior	30.562	46.991
Moeda:		
Dólar norte-americano	4.158.721	4.522.371
Prazo:		
Circulante	4.153.026	4.451.670
Não circulante	<u>5.695</u>	<u>70.701</u>
	4.158.721	4.522.371

*20. Hedge accounting***Operação de Crédito Pessoas Físicas**

O CCB Brasil detém portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas pré-fixadas, expondo a Instituição ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco da Instituição são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a partir de janeiro de 2017, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do objeto de hedge.

2020	Objeto de Hedge		Valor da Inefetividade	Instrumento de Hedge	
	Valor Curva	Valor Justo		Valor Nominal	Variação do valor reconhecido em resultado
Risco de Taxa de Juros	Ativos	Ativos			
Hedge de Operações de Crédito	1.379.522	1.454.742	10.036	1.555.731	65.184

2019	Objeto de Hedge		Valor da Inefetividade	Instrumento de Hedge	
	Valor Curva	Valor Justo		Valor Nominal	Variação do valor reconhecido em resultado
Risco de Taxa de Juros	Ativos	Ativos			
Hedge de Operações de Crédito	1.337.367	1.439.810	10.331	1.660.140	92.112

21. Provisões

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes, bem com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos classificados como perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, sendo os mais relevantes:

Processos cíveis

O Consolidado possui processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados R\$ 200.183 (R\$ 235.513 em 2019). As provisões são, em geral, decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

Processos trabalhistas

O Consolidado possui processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 118.419 (R\$ 86.757 em 2019). As provisões têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos fiscais e previdenciários

COFINS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 565.915 (R\$ 557.244 em 2019): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 31.998 (R\$ 31.381 em 2019).

PIS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 89.876 (R\$ 88.503 em 2019): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 108.728 (R\$ 106.393 em 2019).

PDD / 94 – valor envolvido R\$ 26.769 (R\$ - em 2019): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa,

nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução CMN nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no artigo 43, § 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

PIS - Emenda Constitucional nº 10/96 – valor envolvido R\$ - (R\$ 18.925 em 2019), fato que foi baixado R\$ 19.232 em novembro de 2020, uma vez que a ação judicial que pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no artigo 44 da Lei nº 4.506/64, no artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no artigo 226 do Decreto nº 1.041/94, pois transitou em julgado decisão desfavorável e com a respectiva conversão em renda da União do depósito judicial.

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87 – valor envolvido R\$ 1.315 (R\$ 1.336 em 2019): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – valor envolvido R\$ 59.182 (R\$ - em 2019): pleiteia a desconstituição de suposto débito de INSS, incidente sobre a participação nos lucros dos administradores, relativo aos períodos-base de 2009 a 2011, lançados através de Auto de Infração, em virtude de não incidir essa contribuição sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91. O valor envolvido foi depositado em juízo

Descrição	2019	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	2020
Cíveis (*)	73.754	140.024	(8.062)	10.332	(15.865)	200.183
Trabalhistas	86.757	41.887	(1.671)	-	(8.554)	118.419
Fiança (**)	174.860	12.402	(162.126)	-	-	25.136
Subtotal	335.371	194.313	(171.859)	10.332	(24.419)	343.738
Fiscais e previdenciárias	2019	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	2020
PIS – Receita Bruta Operacional – EC 10/96 e EC 17/97	18.925	-	-	307	(19.232)	-
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	88.503	-	-	1.373	-	89.876
IRPJ / CSLL PDD 1994	-	26.625	-	144	-	26.769
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	557.244	-	-	8.671	-	565.915
ISS - Serviços Não tributados - LC nº 56/87	1.336	-	(21)	47	(47)	1.315
INSS Administradores – Exercício 2009 a 2011	-	59.182	-	-	-	59.182

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Subtotal	666.008	85.807	(21)	10.542	(19.279)	743.057
Total	1.001.379	280.120	(171.880)	20.874	(43.698)	1.086.795

(*) Foi efetuada reclassificação de provisão para fianças para a linha de contingências cíveis, apresentado na coluna de adições nesta última e como baixa de provisão para fianças.

(**) Durante o primeiro semestre de 2020, o CCB Brasil reverteu provisão para contingência relacionada a garantia prestada no montante de R\$ 68.314, que devido a decisão desfavorável, e consequentemente pagamento, foi reclassificada para carteira de credito como outros empréstimos, classificada no estágio 3.

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia um total de R\$ 428.915, sendo R\$ 99.158 – processos cíveis, R\$ 22.365 – processos trabalhistas e R\$ 307.392 – processos fiscais.

Descrição	2018	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	2019
Cíveis	74.674	16.921	(18.373)	12.094	(11.562)	73.754
Trabalhistas	58.884	6.470	(4.249)	30.430	(4.778)	86.757
Fiança	104.905	81.415	(11.460)	-	-	174.860
Subtotal	238.463	104.806	(34.082)	42.524	(16.340)	335.371
Fiscais e previdenciárias	2018	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	2019
PIS – Receita Bruta Operacional – EC 10/96 e EC 17/97	18.275	-	-	650	-	18.925
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	85.731	-	-	2.772	-	88.503
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	539.751	-	-	17.493	-	557.244
ISS - Serviços Não tributados - LC nº 56/87	1.272	-	-	64	-	1.336
Subtotal	645.029	-	-	20.979	-	666.008
Total	883.492	104.806	(34.082)	63.503	(16.340)	1.001.379

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia um total de R\$ 443.444 sendo R\$ 109.056 – processos cíveis, R\$ 22.775 – processos trabalhistas e R\$ 311.613 – processos fiscais.

Prazo:	2020	2019
Não circulante	1.086.795	1.001.379

b) Processos classificados como perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo CCB Brasil e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes,

não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

Processos fiscais e previdenciários

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC N° 56/87

– valor envolvido R\$ 24.085 (R\$ 23.094 em 2019): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC n° 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

IRF sobre Remessa de Juros ao Exterior – valor envolvido R\$ 14.440 (R\$ 14.229 em 2019): pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do artigo 39 da Lei n° 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares n.º 2.269/92 e n.º 2.372/93 e Comunicado n° 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. O valor envolvido foi depositado em juízo.

IRPJ / 2008 – valor envolvido R\$ 20.461 (R\$ 20.071 em 2019): aguardando homologação da adesão ao Parcelamento da Lei n° 12.996/2014 (REFIS da COPA), cuja análise do RQA – Requerimento de Quitação Antecipada (artigo 33 da Lei n° 13.043/2014) está suspensa aguardando o julgamento das glosas dos prejuízos fiscais e de base negativa da CSLL dos anos de 2012 e 2014 (vide IRPJ/ CSLL).

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – valor envolvido R\$ 68.248 (R\$ 124.376 em 2019): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2008 e 2012, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei n° 8.212/91. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 39.425 (R\$ 90.048 em 2019).

IRPJ/CSLL – valor envolvido R\$ 168.154 (R\$ 168.154 em 2019): pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012 e 2014, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei n° 9.430/96.

Imposto de Operações Financeiras (IOF) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

– valor envolvido R\$ 1.515 (R\$ 1.485 em 2019): CCB Brasil como responsável solidário,

pleiteia a desconstituição de lançamento do suposto débito de IRRF/ IOF sobre sete operações de câmbio para remessas de divisas ao exterior.

IOF sobre Cessão de Crédito – valor envolvido R\$ 2.627 (R\$ 2.578 em 2019): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito do IOF sobre suposta incidência nos contratos de cessão de crédito com coobrigação, relativo ao período de 03/2014 a 12/2014, por suposto descumprimento do Decreto nº 6.306/2007.

Compensação Não Homologada – valor envolvido R\$ 4.918 (R\$ 4.388 em 2019): pleiteia na esfera administrativa com a RFB a homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido.

Processos trabalhistas

No Consolidado existem processos, que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 27.705 (R\$ 12.019 em 2019). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos cíveis

O Consolidado possui processos, os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 272.098 (R\$ 229.628 em 2019). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível

22. Impostos de Renda Correntes e Diferidos**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	2020		2019	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(201.179)	(201.179)	(187.042)	(187.042)
Base de cálculo	(201.179)	(201.179)	(187.042)	(187.042)
Adições temporárias	910.532	910.728	678.867	667.671
Adições permanentes ⁽¹⁾	567.473	567.473	578.270	578.270
Exclusões	(1.242.739)	(1.235.747)	(1.009.215)	(1.005.263)
Lucro real e Base de Cálculo do IR e CSLL	34.087	41.275	60.880	53.636
(+) Resultado fiscal negativo das empresas consolidadas	7.852	1.631	33.613	37.119
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	(12.582)	(12.872)	(27.129)	(27.129)
Lucro Real e base de cálculo da CSLL	29.357	30.034	67.364	63.626
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20 % para CS	8.337	7.295	10.105	9.549
Adicional de 10% de IR	2.872	-	6.673	-
Impostos correntes	11.209	7.295	16.778	9.549
Conciliação do Resultado				
Impostos correntes ano 2020	11.209	7.295	16.778	9.549
Impostos correntes – ajuste ano 2019	1.157	(316)	-	-
IR no exterior	-	-	(13.021)	-
Imposto de Renda e CSLL Diferido	10.495	(18.460)	12.250	43.849
(=) Provisão de IR e CS	22.861	(11.481)	16.007	53.398
Constituição de créditos tributários (s/ Adições temporárias)	(236.387)	(187.397)	(174.042)	(180.695)
Constituição de créditos tributários (s/ Prejuízo Fiscal e BC Negativa CSLL)	(1.589)	(8.228)	(11.338)	(48.189)
Baixa de créditos tributários Resol. nº 3.059/02	216.941	177.240	87.366	52.416
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	200.539	153.551	11.012	5.602
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	15.640	5.075	23.600	17.078
(=) Efeito líquido do crédito tributário	195.144	140.241	(63.402)	(153.788)
Total	218.005	128.760	(47.395)	(100.390)
(Receita)/Despesa do Imposto de renda e contribuição social		346.765		(147.785)

⁽¹⁾ O valor das adições permanentes contempla R\$ 16.000 recebidos a título de juros sobre capital próprio da CCB Brasil Arrendamento S.A.

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

	2020	2019
Resultado antes da tributação	(201.179)	(187.042)
Imposto de renda corrente (nota 22a)	(346.765)	147.785
Alíquota efetiva	172,37%	-79,01%

A alíquota efetiva se diferencia da alíquota vigente aplicada para a apuração do imposto de renda, conforme as adições e exclusões apresentados a seguir:

	2020	Alíquota
Resultado antes do imposto de renda	(201.179)	
Imposto de renda às alíquotas vigentes	90.531	45%
Adições e exclusões no cálculo do imposto:		
Baixa de crédito tributário - sem expectativa de realização	(394.181)	
Resultado Equivalência Patrimonial	259.562	
Adições e exclusões permanente	(463.684)	
Outras adições permanentes indedutíveis	161.007	
Imposto de renda do exercício	(346.765)	172%
	2019	Alíquota
Resultado antes do imposto de renda	(187.042)	
Imposto de renda às alíquotas vigentes	84.169	45%
Adições e exclusões no cálculo do imposto:		
Baixa de crédito tributário - sem expectativa de realização	(40.678)	
Resultado Equivalência Patrimonial	146.676	
Agio em aquisição de investimento	4.734	
Adições e exclusões permanente	(126.466)	
Dif. Alíquota CSLL 15% x 20%	64.171	
Outras adições permanentes indedutíveis	15.179	
Imposto de renda do exercício	147.785	79%

c) Impostos Diferidos

Os saldos da rubrica "Impostos diferidos" Ativo / (Passivo) é composto por:

	2020	2019
Crédito Tributário	805.291	1.140.676
Passivos Diferidos		
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	(37.689)	(50.924)
Outras Diferenças Temporárias	(37.952)	(34.622)
IR sobre Superveniência de depreciação	(4.780)	(2.982)
	(80.421)	(88.528)
Total de Impostos Diferidos	724.870	1.052.148

As movimentações dos saldos dos itens “Ativos fiscais diferidos” e “Passivos fiscais diferidos” são:

	Saldo inicial em 2019	Realização	Adições	Baixas	Saldo Final em 2020
Ativos Fiscais Diferidos	1.140.676	(374.805)	433.601	(394.181)	805.291
Perdas com redução a valor recuperável de ativos financeiros	216.611	(211.313)	182.652	-	187.950
Provisões	571.823	(142.777)	241.132	(57.354)	612.824
Prejuízo Fiscal	202.195	(15.640)	1.589	(185.078)	3.066
Base Negativa CSLL	150.047	(5.075)	8.228	(151.749)	1.451
Passivos Fiscais Diferidos	(88.528)	(6.662)	14.769	-	(80.421)
Atualização monetária depósitos judiciais	(34.624)	(3.330)	-	-	(37.954)
Hedge Accounting	(46.099)	-	12.250	-	(33.849)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7.350	(3.332)	-	-	4.018
Diferenças temporárias	(15.155)	-	2.519	-	(12.636)
Total	1.052.148	(381.467)	448.370	(394.181)	(724.870)

	Saldo inicial em 2018	Realização	Adições	Ajustes - CSLL 15% - 20%	Baixas	Saldo Final em 2019
Ativos Fiscais Diferidos	935.328	(187.391)	297.547	135.870	(40.678)	1.140.676
Perdas com redução a valor recuperável de ativos financeiros	150.592	(53.716)	78.310	41.425	-	216.611
Provisões	434.730	(119.615)	196.392	60.316	-	571.823
Prejuízo Fiscal	217.010	(14.060)	22.845	-	(23.600)	202.195
Base Negativa CSLL	132.996	-	-	34.129	(17.078)	150.047
Passivos Fiscais Diferidos	(66.058)	(22.470)	-	-	-	(88.528)
Atualização monetária depósitos judiciais	(25.427)	(9.197)	-	-	-	(34.624)
Hedge Accounting	(38.593)	(7.506)	-	-	-	(46.099)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	12.850	(5.500)	-	-	-	7.350
Diferenças temporárias	(14.888)	(267)	-	-	-	(15.155)
Total	869.270	(209.861)	297.547	142.603	(40.678)	1.052.148

d) Créditos Presumidos

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de cinco anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional

Durante o exercício de 2020 o Banco recuperou R\$ 317 (R\$ 830 em 2019), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 142 (R\$ 9.459 em 2019), foram registrados em Impostos diferidos, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pelo CCB Brasil, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Crédito Presumido Constituído	380.662	380.662
Passivo Fiscal Diferido	<u>(82.282)</u>	<u>(82.140)</u>
Total Crédito Presumido	298.380	298.522

e) Créditos tributários não ativados

A Administração, em decorrência do histórico de prejuízos fiscais auferidos nos últimos anos e incertezas relacionadas a projeções de longo prazo, optou por não registrar parcela dos créditos tributários em seu ativo segundo as práticas estabelecidas pelo IFRS, a partir de 31 de maio de 2017.

Em 31 de dezembro de 2020, o Consolidado possui créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, no valor total de R\$ 1.110.817 (R\$ 773.991 em 2019), ao lado de créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e contingências fiscais no montante de R\$ 123.799, para os quais não há expectativa de realização no prazo de até 10 anos.

23. Outras Obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica “Outras obrigações”:

	2020	2019
Imóveis a pagar – IFRS 16	102.011	81.252
Credores diversos – país	44.080	51.778
Gratificações e participações a pagar	25.869	39.677
Despesas de pessoal	16.385	12.104
Outras despesas administrativas	10.630	14.623
Comissão sobre fianças diferidas	10.494	15.814
Outros pagamentos	4.150	14.717
Operações a pagar com cartão de crédito	419	419
Outros	5.829	15.616
	219.867	246.000
Prazo:		
Circulante	200.501	242.599
Não circulante	19.366	3.401
	219.867	246.000

24. Patrimônio Líquido

a) Capital

O quadro de acionistas do CCB Brasil é o seguinte:

Acionista	2020			2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
CCB Brazil Financial Holding Investimentos	297.223.908	168.407.558	465.631.466	297.223.908	168.407.558	465.631.466
Total de ações	297.223.908	168.407.558	465.631.466	297.223.908	168.407.558	465.631.466
Total em Reais	1.887.438	1.069.426	2.956.864	1.887.438	1.069.426	2.956.864

b) Ações em tesouraria

A quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2020 corresponde a 6.398.518 (6.398.518 em 2019) ações preferenciais no montante de R\$ 55.105 (R\$ 55.105 em 2019).

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável

d) Reservas

O prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

25. Garantias Prestadas

O CCB Brasil oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2020.

	2020	2019
Avais ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	747.482	768.907
Fianças pagamentos	435.323	503.970
Fianças performance	28.188	103.184
Fianças bancárias	42.400	43.101
Demais	12.116	27.773
Total	1.265.509	1.446.935

Em 31 de dezembro de 2020, com base em suas estimativas de desembolsos efetuadas de acordo com práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, o Banco estimou que a probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas é R\$ 25.136 (R\$ 174.860 em 2019). Esta estimativa considera o histórico de desembolsos para honrar fianças ao longo dos últimos anos, bem como discussões judiciais cuja probabilidade de desembolso é considerada provável pelos consultores jurídicos do Banco (nota explicativa nº 21.a).

*26. Receitas e Despesas com Juros e Similares e diferenças cambiais líquidas***a) Receitas e despesas de juros e similares**

Juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do *hedge*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	2020	2019
Receitas de juros e similares	953.133	1.399.193
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	23.075	42.428
Empréstimos e adiantamentos a clientes	796.729	716.738
Ativos financeiros ao custo amortizado	2.586	52.497
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	130.743	587.530
Despesas de juros e similares	(467.309)	(823.557)
Depósitos de instituições financeiras		
- Depósitos interfinanceiros	(9.756)	(9.689)
- Captação no mercado aberto	(107.242)	(302.928)
Depósitos de clientes		
- A prazo	(134.415)	(177.048)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	(51.195)	(58.484)
Obrigações de empréstimos no país	(48.464)	(81.397)
Obrigações de empréstimos no exterior	(102.579)	(185.014)
Despesas de juros dos passivos IFRS 16	(13.658)	(8.997)
Receita Líquida com Juros	485.825	575.636

b) Variações cambiais líquidas

As diferenças cambiais mostram basicamente as diferenças que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e não consideram o hedge cambial contratado pelo Banco através de instrumentos financeiros derivativos, cujos impactos estão apresentados em “Ganhos (Perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”

	2020	2019
Variações Cambiais líquidas	53.010	(46.245)
Operações de crédito	1.238.312	105.116
Títulos cambiais líquidos	(570.267)	2.799
Operações de câmbio	481.197	117.755
Empréstimos, cessões e repasses	(1.096.070)	(273.444)
Outros	(162)	1.529

27. Ganhos com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos)

Os ganhos com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos, às provisões e pelos ganhos resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ganhos (perdas) com:		
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	(5.616)	(3.264)
Outros ativos ao valor justo através do resultado	(27.203)	1.134
Outros passivos ao valor justo através do resultado	(30.939)	(54.914)
Outros passivos objeto de hedge	-	1.556
Derivativos	(27.528)	61.129
Total	<u>(91.286)</u>	<u>5.641</u>

28. Receitas de Tarifas e Comissões

A rubrica “Receita de tarifas e comissões” é composta pelos valores de todos os honorários e comissões acumulados em favor do Banco no ano, exceto aqueles que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Rendas de garantias prestadas	44.305	32.603
Rendas de tarifas bancárias – Pessoa Jurídica	5.990	973
Rendas de outros serviços	5.830	3.330
Rendas de tarifas bancárias – Pessoa Física	<u>10</u>	<u>18</u>
	56.135	36.924

29. Outras Receitas (Despesas) operacionais

Entre essa rubrica da demonstração do resultado consolidada estão:

	2020	2019
Outras receitas operacionais		
Reembolso de dívida perpétua (Nota 17)	89.870	-
Provisões cíveis	19.465	(69.197)
Recuperação de encargos e despesas	14.190	25.347
Renda de aquisição de recebíveis	13.856	5.204
Atualização de depósitos em garantia	7.867	19.105
Rendas de venda financiada de bens não de uso	3.395	5.872
Outras receitas operacionais	27.246	3.027
Total outras receitas operacionais	175.889	(10.642)
Outras despesas operacionais		
Provisões fiscais	(96.328)	(15.594)
Provisões trabalhistas	(40.216)	(27.961)
Comissões sobre cobrança	(30.307)	(12.866)
Programa de remuneração e bônus	(15.035)	(35.546)
Fianças prestadas	(12.035)	(13.101)
Despesas rescisórias	(3.638)	(39.304)
Provisão Ministério das Cidades	(4.337)	-
Atualização monetária de despesas tributárias	-	(20.981)
Outras despesas operacionais	(4.379)	(70.488)
Total outras despesas operacionais	(206.275)	(235.841)
Saldo Líquido Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(30.386)	(246.483)

30. Despesas com Pessoal

A composição da rubrica “Despesas com pessoal” está demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários	(91.901)	(93.635)
Encargos Sociais	(32.735)	(30.595)
Benefícios	(18.900)	(19.919)
Reversão de provisão de reestruturação	10.675	-
Honorários de diretoria	(13.633)	(14.458)
Outros	<u>(2.038)</u>	<u>(1.981)</u>
	(148.532)	(160.588)

31. Outras Despesas Administrativas

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2020	2019
Serviços de terceiros	(29.414)	(35.110)
Imóveis, instalações e materiais	(17.617)	(18.091)
Tecnologia e sistemas	(15.386)	(17.943)
Outras despesas administrativas	(9.463)	(8.817)
Despesas do Sistema Financeiro	(7.841)	(6.944)
Despesas Processos Judiciais	(5.847)	(7.406)
Prêmios de seguros	(2.443)	(2.012)
Comunicações	(1.720)	(1.431)
Publicidade	(1.213)	(1.418)
Sistema de transporte	(627)	(446)
Ajudas de custo e despesas de viagem	(227)	(2.070)
Despesas com aluguel IFRS 16	13.894	8.762
	(77.904)	(92.926)

32. Despesas Tributárias

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2020	2019
Despesas de contribuição à COFINS	(17.535)	(15.090)
Despesas tributárias	(3.658)	(7.877)
Despesas de impostos s/ serviços de qualquer natureza	(3.479)	(2.338)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(2.849)	(2.455)
Total	(27.521)	(27.760)

33. Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidos)

Refere-se basicamente a resultados obtidos na venda de bens próprios e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado na alienação de bens	4.053	(395)
Rendas de aluguéis	198	496
(Provisão) para imparidade de ativos não financeiros mantidos para venda	(19.918)	(17.822)
Outros	(648)	614
	<u>(16.315)</u>	<u>(17.107)</u>

34. Outras Divulgações

a) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Banco não detinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros.

b) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa

	2020	2019
Disponibilidades	168.559	93.818
Aplicações Mercado Aberto (Operações Compromissadas)	733.997	229.999
Aplicações Moedas Estrangeiras	148.362	262.998
	1.050.918	586.815

c) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto à Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, cujo contrato exige manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais. As operações de empréstimos e repasses do exterior, que contém cláusulas restritivas (“covenants”), são classificadas no circulante, por motivo de desenquadramento de indicadores.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelos credores mencionados.

	Requerido
Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Soma dos 20 maiores riscos sobre PR	≤ 300%
Concentração de risco por segmento de mercado	≤ 25%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre “PR”	≤ 25%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0

d) Seguros

O Banco adota a política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

35. Segmentos Operacionais

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Atacado
- Varejo

O Banco mantém como principal foco de sua estratégia atuação no segmento de Atacado. Referido segmento inclui basicamente a concessão de empréstimos e recebíveis com garantia de recebíveis, sendo o Capital de Giro o produto mais rentável do segmento. Uma parcela significativa da carteira de atacado é representada por empréstimos de curto prazo que proporcionam ao Banco maior liquidez e um controle mais efetivo do risco. Adicionalmente, o Banco participa ativamente no mercado de câmbio cujas captações são realizadas junto a bancos internacionais.

O segmento Varejo inclui empréstimos e recebíveis do tipo consignado para empregados do setor público e financiamento de veículos para pessoa física.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

As demonstrações de resultado e outros dados significativos estão relacionados a seguir.

	Atacado	Varejo	2020	Atacado	Varejo	2019
Receitas com juros e similares	597.976	355.157	953.133	1.010.534	388.659	1.399.193
Despesas com juros e similares	(385.910)	(81.399)	(467.309)	(687.966)	(135.591)	(823.557)
Resultado líquido com juros e similares	212.066	273.758	485.824	322.568	253.068	575.636
Diferenças cambiais (líquidas)	53.010	-	53.010	(46.245)	-	(46.245)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	(28.649)	(62.637)	(91.286)	72.679	(67.038)	5.641
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	236.427	211.121	447.548	349.002	186.030	535.032
Resultado de equivalência patrimonial	(207)	(23)	(230)	(908)	17	(891)
Receita de tarifas e comissões	56.086	49	56.135	36.814	110	36.924
Outras receitas (despesas) operacionais	(34.055)	3.669	(30.386)	(243.911)	(2.572)	(246.483)
TOTAL DE RECEITAS	258.251	214.816	473.067	140.997	183.585	324.582
Despesas com pessoal	(133.728)	(14.804)	(148.532)	(143.313)	(17.275)	(160.588)
Outras despesas administrativas	(51.810)	(26.094)	(77.904)	(54.236)	(38.690)	(92.926)
Despesas tributárias	(11.615)	(15.906)	(27.521)	(12.869)	(14.891)	(27.760)
Depreciação e amortização	(124.170)	(712)	(124.882)	(19.593)	(731)	(20.324)
Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros	(94.524)	(184.568)	(279.092)	(48.159)	(144.760)	(192.919)
Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidos)	(14.272)	(2.043)	(16.315)	(17.005)	(102)	(17.107)
PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(171.868)	(29.311)	(201.179)	(154.178)	(32.864)	(187.042)
Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	(443.092)	96.327	(346.765)	102.383	45.402	147.785
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(614.960)	67.016	(547.944)	(51.795)	12.538	(39.257)
Total em Ativos	15.867.371	2.010.772	17.878.143	15.599.502	2.566.604	18.166.106
Principal linha de ativo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8.376.921	1.980.519	10.357.440	7.859.096	2.518.963	10.378.059
Total em Passivos	14.802.378	1.973.140	16.775.518	13.962.673	2.543.593	16.506.266
Principal linha de passivo:						
Depósitos de instituições financeiras	3.767.287	1.935.107	5.702.394	797.785	2.515.736	3.313.521

O Banco possui agência na Ilhas Cayman cujo total de ativos é de R\$ 3.925.792 (R\$ 4.979.499 em 2019) e o patrimônio líquido no montante de R\$ 1.174.682 (R\$ 562.579 em 2019).

36. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do CCB Brasil devem incluir, partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto em que a entidade é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

O CCB Brasil e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, empresas ligadas e pessoal chave da Administração podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	2020	2019	2020	2019
Disponibilidades em moedas estrangeiras	30.418	16.680	-	-
China Construction Bank Corporation (c)	30.418	16.680	-	-
Cotas de Fundo de Investimentos	83.674	81.088	2.586	3.880
FDIC BRASILFactors (a)	83.674	81.088	2.586	3.880
Depósitos à vista	(413)	(497)	-	-
BRASILFactors (e)	(1)	(1)	-	-
CCB Brazil Holding Ltda. (d)	(107)	(169)	-	-
Pessoal-chave da Administração e Controladores (b)	(305)	(327)	-	-
Depósitos a prazo	(89.878)	(206.431)	(4.881)	(10.629)
BRASILFactors (e)	(4.543)	(219)	(64)	(9)
FDIC BRASILFactors (a)	(8.180)	(10.669)	(807)	(475)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (d)	(77.011)	(195.222)	(4.002)	(10.127)
Pessoal-chave da Administração (b)	(144)	(321)	(8)	(18)
LCA	(7.007)	(3.537)	(138)	(125)
Pessoal-chave da Administração (b)	(7.007)	(3.537)	(138)	(125)
LCI	-	(1.850)	(21)	(80)
Pessoal-chave da Administração (b)	-	(1.850)	(21)	(80)
NDF	1.851	535	3.830	282
BRASILFactors (e)	1.851	535	3.830	282
Obrigações por Empréstimos	(3.592.447)	(3.812.733)	(98.625)	(176.637)
China Construction Bank Corporation (c)	(3.592.447)	(3.812.733)	(98.625)	(176.637)

- (a) Coligadas indiretas;
- (b) Pessoal Chave da Administração;
- (c) Controladora indireta sediada no exterior;
- (d) Controladora direta;
- (e) Controladora em conjunto (*join venture*).

Vencimentos e taxas das operações com partes relacionadas:

As operações de LCA foram realizadas com taxas médias de 101,60% do CDI (95,60% em 2019) e possuem vencimento final em até 02 anos (até 01 ano em 2019). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 96,06% do CDI (95,40% em 2019 com vencimento em até 01 ano). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 82,90% do CDI (91,77% do CDI em 2019), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 02 anos (em até 2 anos em 2019). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 1,76% a.a. (3,14% a.a. em 2019) e variação cambial, com vencimento final até 6 anos (em até 07 anos em 2019).

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante os exercícios de 2020 e 2019, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração prejuízo líquido.

i) Benefícios de curto prazo

Remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria do CCB Brasil:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração fixa	13.633	14.458
Outros	<u>1.047</u>	<u>912</u>
Total	14.680	15.370

ii) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

37. Gestão de Riscos

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centralizou o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Atende a Resolução 4.557/17 do CMN. Encontra-se no site o Relatório de Gestão de Riscos em atendimento a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e sobre o relatório de Estrutura Gestão de Riscos que dispõe sobre a estrutura e responsabilidades e seu contexto dentro do CCB Brasil.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o Consolidado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17, a estrutura de Gerenciamento de Riscos foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o Consolidado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de riscos.

A Resolução CMN nº 4.327/14 também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental. O Banco já adaptou a estrutura de gerenciamento de riscos atendendo a Resolução CMN nº 4.557/17.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. O Departamento de Gestão de Riscos compõe-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.

II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

Gestão de Riscos

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o CRO – Chief Risk Officer como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central segundo decisão do Conselho de Administração.

Gestão do Risco de Mercado

A Divisão de Risco de Liquidez, Mercado e Capital é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pela Declaração de apetite ao Risco (RAS), assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por alguns principais tipos de medidas: posições (stale positions), sensibilidades, testes de estresse, o “Value-at-risk” (incluindo testes de aderência e validações), EVE- Economic Value of Equity e NII – Net Interest Income.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os ratings de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e default de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise do risco operacional em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 e ao acordo da Basileia.

Exposição máxima ao risco de crédito:

Descrição	2020			2019		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Disponibilidade de reservas no Banco Central do Brasil	11.280	168.393	179.673	5.206	93.381	98.587
Ativos derivativos	103.910	-	103.910	431.281	-	431.281
Ativos financeiros ao custo amortizado	83.674	-	83.674	81.088	-	81.088
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4.800.949	-	4.800.949	4.720.291	-	4.720.291
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.170.427	148.362	1.318.789	660.907	262.998	923.905
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6.836.204	3.521.236	10.357.440	5.738.998	4.639.061	10.378.059
Outros empréstimos e recebíveis	21.461	4.936	26.397	26.150	2.683	28.833
Outros ativos financeiros	56.722	-	56.722	-	2.224	2.224
Coobrigações e riscos em garantias prestadas:						

Créditos abertos para exportação	91.037	-	91.037	94.375	-	94.375
Fianças	1.240.232	25.316	1.265.548	1.420.959	25.977	1.446.936
Cobrança de exportação	2.825.058	545.077	3.370.135	2.880.622	449.474	3.330.096
Total	17.240.954	4.413.320	21.654.274	16.059.877	5.475.798	21.535.675

Perda de crédito esperada

O Banco avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração Consolidada do Resultado.

No caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o Banco reconhece a provisão para perdas na Demonstração do Resultado do balanço em IFRS.

São necessários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Prazo para avaliação da perda de crédito esperada: o Banco considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Entretanto, ativos que não tenham vencimento determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito. Além disso, todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem.
- Informações prospectivas: a IFRS 9 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. O Banco utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada.
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade: o Banco utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequada.
- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: em cada período das Demonstrações Contábeis Consolidadas, o Banco avalia se o risco de crédito sobre um ativo financeiro aumentou significativamente utilizando triggers (indicadores) relativos e absolutos por produto e país.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo efetuado pelo Banco.

Aumento significativo no risco de crédito: o Banco avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: a contraparte, o tipo e as características do produto e a região em que foi contratado, considerando os seguintes critérios objetivos como fatores mínimos:

- Estágio 1 para estágio 2: atraso superior a 30 dias;
- Estágio 2 para estágio 3: atraso superior a 90 dias.

A abordagem dessa avaliação no CCB Brasil leva em conta critérios compatíveis com o IFRS 9 que também adota as medidas:

- da ocorrência de um aumento significativo do risco de crédito da operação no período compreendido entre a data do reconhecimento inicial e a data de apuração da perda esperada.
- a mudança no padrão de risco desde o reconhecimento inicial;
- o prazo de vencimento esperado do instrumento financeiro e;
- outras informações razoáveis e suportáveis cujos esforços para obtenção se justifique.

A classificação dos contratos no estágio 1 indicam que tais avaliações não identificam aumentos significativos de risco entre as datas de reconhecimento e reporte. a classificação no estágio 2 indica que foram encontrados elementos que iniciam aumento significativo de risco. No estágio 3 se classificam os ativos com evidências objetivas de perdas (default).

O Banco avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

Cenários Macroeconômicos: Essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

Os conceitos da norma IFRS 9, considera um padrão de relatório financeiro que trata principalmente de classificação e redução ao valor recuperável de ativos financeiros, cuja premissa para o reconhecimento da perda esperada é baseada em princípios e não somente em regras com diferentes métodos de mensuração e dispensa a ocorrência de atrasos e perdas efetivas, antecipando-se a elas portanto.

Para esse fim leva em conta a avaliação de aumento significativo do risco de crédito do instrumento financeiro considerados três aspectos principais:

i) indicador básico, ii) fatores quantitativos e iii) fatores qualitativos.

O Indicador básico consiste na verificação do tempo de atraso dos pagamentos contratuais. É considerado como aumento significativo de risco de crédito em um ativo financeiro se os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, a menos que a Instituição possua informações razoáveis e suportáveis sem custos ou esforços indevidos que estes riscos não aumentaram de fato.

Para avaliar mudanças de risco o CCB Brasil utiliza as escalas de ratings para definir a qualidade da carteira pela composição dos melhores ratings (menor risco) e determinar as faixas de “grau de investimento” ou “grau de não investimento” como medida de partida para análises.

Na prática, os estágios obedecem a critérios seletivos que se sobrepõem tais como (i) decisão da Administração (ii) tempo de atraso; (iii) aumento significativo de risco; (iv) definições de créditos problemáticos e (v) e por último, indicadores de classificação (ratings).

A Probabilidade de Default (PD) indica a probabilidade de perda para determinado horizonte de tempo (nos próximos 12 meses), para exposições pertencentes ao estágio 1, ou até o vencimento final do contrato para exposições classificadas no estágio 2 com vencimento superior a um ano e fornece uma estimativa probabilística de um cliente não cumprir suas obrigações. As probabilidades de default são associadas a escalas ou níveis de ratings que podem variar e, conseqüentemente, a comparação das PDs podem indicar aumentos significativos do risco de crédito das operações.

O CCB Brasil adotou a prática de cálculo da PD de 12 meses como indicador de risco de crédito, o que é uma prática consagrada no setor financeiro local e internacional. As agências de classificação internacionais e locais geralmente representam o risco de crédito de uma contraparte associando uma probabilidade de inadimplência para um horizonte fixo de avaliação, sendo comumente utilizado o horizonte de 12 meses para estimativas de ocorrências de perdas de crédito em empréstimos corporativos e de varejo.

A PD lifetime é probabilidade estimada de ocorrência do default para o período remanescente de vigência, ou vencimento da operação, caso seja superior (ou inferior) a um ano. A PD lifetime é utilizada para o cálculo da perda esperada de crédito das exposições classificadas no estágio 2 considerada após os ajustes forward looking abaixo descritos.

A LGD sigla em inglês para “perda dada a inadimplência” (Loss given default), indica qual será a perda efetiva do cliente. No Banco este é um dado estimado por modelagem estatística e considera a observação do comportamento histórico de recuperação de créditos baixados a prejuízo no período retroativo de cinco anos em quantidade de contratos por modalidade

suficientemente significativa para consistência do estudo estatístico, tanto para carteira de Varejo como para a Carteira Corporate.

A EAD ou Exposure at Default pode ser definida como o valor bruto da exposição à inadimplência de um devedor, incluindo o principal e o reembolso de juros de acordo com o contrato, bem como a expectativa razoável do pagamento futuro da dívida subjacente, representado pelo fluxo de caixa da operação.

Calculo de Impairment ou ECL (expected credit loss). No Banco, a perda esperada é apurada a partir da equação: $ECL = EAD \times PD \times LGD$.

Análise de sensibilidade - ECL forward looking

Realizamos a inclusão da análise macroeconômica baseada em cenários por apresentar uma visão voltada para o futuro devido à sua variedade de cenários possíveis. O objetivo de estimar as perdas esperadas de crédito não significa estimar um cenário pior ou melhor, mas o cálculo de que a perda de crédito ocorra dentro da realização do cenário mais provável. Compreender a perda de crédito, ao incorporar a probabilidade de que um cenário ocorra, utilizando a probabilidade ponderada, mesmo que esta última seja baixa, pode ajudar a informar a probabilidade de incorrer em perdas.

O aumento da complexidade da abordagem a ECL, bem como os horizontes de tempo mais longos sobre qual as perdas de crédito são modeladas, aumenta o esforço necessário para a estimativa de subsídios de perda de crédito e sua volatilidade potencial.

Cabe observar que as Perdas Esperadas de crédito de doze meses, usadas para fins de regulamentação são normalmente baseadas na probabilidade de default 'through the cycle' (ou seja, a probabilidade de incumprimento em condições econômicas de ciclo-neutro). Por sua vez, a PD usada para o IFRS 9 deve ser 'point in time' (ou seja, a probabilidade de incumprimento em condições econômicas atuais) e não contém ajustes. Isso pode ocasionar certa imprecisão quando medimos a perda passada e a projetamos para o futuro. No entanto, PDs regulamentares podem ser um bom ponto de partida, sabendo-se de antemão que as estimativas de PDs vão mudar quando uma entidade se move através do ciclo econômico. Nos modelos normativos, como a PD é calculada pelo ciclo, as estimativas são menos sensíveis às mudanças nas condições econômicas. Portanto, as PDs regulamentares refletem tendências de longo prazo no comportamento de PD. Como consequência, durante um ciclo econômico mais recessivo, as Probabilidades de Default sob o IFRS9 serão maiores do que as Probabilidades de Default regulatórias. Adicionalmente, quando se utiliza a PD 'through the cycle' as respostas ao longo do tempo podem não variar significativamente entre as datas de originação e de relato, pois a PD reflete a taxa de inadimplência média a longo prazo.

A análise baseada em cenário incorpora informações prospectivas usando vários cenários macroeconômicos. O quadro abaixo revela três cenários e a estimativa de perdas de crédito esperada. Ao avaliar o impacto das perdas de crédito do portfólio contra choques nos principais indicadores macroeconômicos (por exemplo, o desemprego e o PIB), cada cenário implica um

caminho diferente para perdas de crédito. Estas perdas foram agregadas estimando-se a probabilidade de ocorrência de cada cenário. Os ajustes para cenários prospectivos (Ajustes Forward Looking) por variáveis macroeconômicas foram considerados para garantir que a estimativa da perda de crédito atenda aos requisitos prospectivos exigidos.

CCB Brasil - Consolidado

IFRS9 - Cálculo de perda Esperada – 31/12/2020

Carteira	EAD	Otimista	Neutro	Pessimista
On balance	10.357.440	436.228	437.216	438.204

O ajuste prospectivo é efetuado com base em informações preditivas fornecidas por modelo desenvolvido, considerando dados macroeconômicos, processos de choques e delineamento de cenários em três níveis de confiança: i) viés negativo ou pessimista (25%), ii) neutro (50%) e iii) positivo ou otimista (25%) que são inputs do sistema de apuração de ECL do CCB Brasil e caracterizam o cenário neutro. Por sua vez, o cenário pessimista considera que somente as variáveis macroeconômicas do cenário pessimista atuarão. O otimista, que somente as variáveis do cenário otimista estarão presentes.

São utilizadas variáveis macroeconômicas de ampla divulgação no mercado financeiro, que melhor se ajustam à variação e dinâmica dos índices de inadimplência. As projeções destes índices e sua probabilidade de ocorrência são extraídas do relatório Focus de Mercado do Banco Central do Brasil, bem como de economistas e consultorias especializadas contratados pela instituição.

Gestão do Risco de Liquidez

O gerenciamento do Risco de Liquidez da Instituição consiste em mensurar, avaliar e controlar a capacidade do banco em honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações. Tais modelos possuem características complementares e são descritos abaixo:

- I. Backward Looking: análise histórica de movimentações, recompras, renovações de operações pelos clientes para estimar o potencial de insuficiência de caixa para honrar os compromissos do banco.
- II. Forward Looking: análise da carteira projetada, considerando-se cenários de orçamento e expectativa de crescimento das carteiras.

Os resultados dos cálculos de liquidez efetuados para os próximos três anos, seguindo esses modelos, demonstram que a Instituição tem e terá recursos suficientes para fazer frente a suas obrigações e apresenta posição com ampla margem de segurança no curto e longo prazos.

O CCB Brasil possui departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do banco tanto no curto quanto no longo prazo.

A gestão do risco de liquidez prevê:

- I. Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez no curto e longo prazo;
- II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa como antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3.
- III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados ao Comitê de Tesouraria semestralmente para tomada de ações corretivas e preventivas.

Os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados, são apresentados abaixo:

Fluxos Futuros não Descontados

Ativos Financeiros	2020				Total
	0 a 30 dias	31 a 365 dias	366 a 720 dias	Acima de 720 dias	
Disponibilidades	168.559	-	-	-	168.559
Aplicações em Instituições Financeiras	736.073	2.412	1.189	-	739.674
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	734.052	-	-	-	734.052
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.021	2.412	1.189	-	5.622
Títulos e Valores Mobiliários	-	1.105.039	1.845.971	2.375.351	5.326.361
Títulos Públicos	-	1.021.372	1.845.971	2.375.351	5.242.694
Cotas de Fundos	-	83.667	-	-	83.667
Operações de Crédito e Arrendamento	745.129	5.753.056	2.463.011	2.706.056	11.667.252
Créditos em Moeda Nacional	353.366	2.194.602	1.189.689	767.519	4.505.176
Créditos em Moeda Estrangeira	319.013	2.707.076	585.226	123.952	3.735.267
Operações de Varejo	55.049	598.863	581.887	1.773.410	3.009.209
Crédito Rural	13.383	181.922	70.315	21.574	287.194
Operações de Leasing	3.272	27.225	29.604	14.401	74.502
Créditos 2.921	1.046	43.368	6.290	5.200	55.904
Total	1.649.761	6.860.507	4.310.171	5.081.407	17.901.846

Passivos Financeiros	0 a 30 dias	31 a 365 dias	366 a 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Depósitos	245.743	3.016.742	2.729.486	924.550	6.916.521
Depósitos à Vista	110.557	-	-	-	110.557
Depósitos de Poupança	2.950	-	-	-	2.950
Depósitos a Prazo	85.012	2.814.279	2.729.486	924.550	6.553.327
Depósitos Interfinanceiros	47.224	202.463	-	-	249.687

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Captações no Mercado Aberto	3.499.463	-	-	-	3.499.463
Títulos Públicos	3.499.463	-	-	-	3.499.463
Obrigações por Empréstimos e Repasses	954.544	3.091.548	25.165	-	4.071.257
Dívidas Subordinadas	-	431.130	37.936	633.582	1.102.648
Captação 2.921	3.839	72.408	18.496	17.591	112.334
Total	4.703.589	6.611.828	2.811.083	1.575.723	15.702.223
Gap de liquidez	(3.053.828)	248.679	1.499.088	3.505.684	2.199.623

A informação acima foi elaborada com base nos vencimentos nominais dos ativos e passivos financeiros do CCB Brasil, contudo, o Consolidado possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria Ativos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes no montante de R\$ 4.800.949 (R\$ 4.720.291 em 2019) em , cujo vencimento é superior a um ano, que representam investimentos de elevada liquidez em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Adicionalmente, parte dos passivos financeiros, são empréstimos efetuados junto à matriz na China no valor total de R\$ 3.592.447 (R\$ 3.812.733 em 2019), com vencimento inferior a um ano, que vem sendo sistematicamente renovados.

2020			
	Liquidez Nominal	Reclassificação por liquidez efetiva	Liquidez ajustada
Ativo Circulante	8.379.402	3.737.849	12.117.251
Passivo Circulante	(11.963.604)	3.592.447	(8.371.157)
Saldo Líquido	(3.584.202)	7.330.296	3.746.094

2019			
	Liquidez Nominal	Reclassificação por liquidez efetiva	Liquidez ajustada
Ativo Circulante	8.906.579	1.298.203	10.204.782
Passivo Circulante	(13.574.570)	3.812.733	(9.761.837)
Saldo Líquido	(4.667.991)	5.110.936	442.945

Análise de Sensibilidade

O CCB Brasil conduziu análise de sensibilidade utilizando cenário de 10% de valorizações ou desvalorizações cambiais, taxas de juros e ações (Cenário I), 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III). É necessária a divulgação de quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado relevante, originado por instrumentos financeiros, que expõem a Instituição na data de encerramento de cada período. Para sua elaboração identificou-se os tipos de risco que poderiam gerar prejuízos materiais, incluídas as operações com instrumentos

financeiros derivativos em um cenário mais provável, além de 2 (dois) cenários que pudessem gerar resultados adversos para a Instituição. Na definição dos cenários, a situação considerada provável pela administração foi referenciada por fonte externa independente: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e uma situação, com deterioração ou valorização de 25% e 50% na variável de risco considerada.

Apresentamos no quadro de análise de sensibilidade o conjunto de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, que o CCB Brasil possui com o intuito de administrar sua exposição a riscos de mercado e que visa protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. Essa avaliação é sistematicamente realizada pela área de gestão de riscos e avaliada pelo Comitê de Tesouraria, que se reúne e define um conjunto de cenários em ambiente de crise. Entende-se por cenário, neste contexto, uma determinada combinação de preços e taxas de juros. A elaboração do quadro seguiu o seguinte procedimento:

- (i) Calculou-se, em cada um dos cenários, os valores da carteira de negociação (Trading Book) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da instituição e seus respectivos hedges (Banking Book);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, escolheu-se a direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicado aumento ou redução definidos;
- (iii) Por fim, obtiveram-se os resultados das perdas, correspondentes ao cenário hipotético correspondente.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado da Instituição e tampouco estão associados às práticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Abaixo o resumo das premissas para cada um dos cenários.

Escolheu-se para cada fator de risco de cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 basis points significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas vigentes.

Para cada cenário, é mensurada a perda esperada da carteira em relação à posição marcada a mercado.

Abaixo, a descrição dos cenários:

Cenário 1: Situação de menor oscilação. Premissas utilizadas: choque paralelo de 10% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2019, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 2: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2019, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 3: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2019, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Os cenários adotados são para 31 de dezembro 2020, adotados para as Carteiras banking e trading encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre acréscimo, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem tendência de queda, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

Carteira Banking – premissas para fatores de risco			
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Curva de Juros (Pré)	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Curva de Cupom Cambial	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Dólar à Vista	aumento de 10%	aumento de 25%	aumento de 50%
B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%
Inflação	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%

Os resultados das perdas calculadas nos cenários expostos sintetizam as perdas advindas de oscilações de mercado por fator de risco, gerados pelos sistemas do CCB Brasil e calculados para a carteira Banking. Essas perdas estão no quadro a seguir:

Carteira Banking – resultados para os fatores de risco em 2020			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(133.306.573)	(333.085.553)	(532.650.425)
Taxa Prefixada em Reais	(29.756.012)	(72.501.871)	(138.939.490)
Inflação	(3.000)	(7.477)	(14.881)
Perda Total	(163.065.585)	(405.594.901)	(671.604.796)

Carteira Trading – resultados para os fatores de risco em 2020			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(49.307)	(132.187)	(294.186)
Taxa Prefixada em Reais	(16.616.900)	(41.525.826)	(82.996.737)
Perda Total	(16.666.207)	(41.658.013)	(83.290.923)

Os fatores de riscos apresentados são os seguintes:

- Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.
- Taxa pré-fixada em real – Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Real.
- Ações e Índices – Compreende as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.
- Inflação – Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para instituição. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

A contabilização dos instrumentos da carteira “Banking”, em sua grande maioria, é efetuada pela curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira “Trading” que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente a carteira banking podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Para uma melhor análise de resultados obtidos nessa carteira, o quadro gerencial abaixo - que inclui derivativos, ativos e outros - aponta os descasamentos das operações da Instituição. Nele se verifica que há um descasamento substancial das posições pré-fixadas, que dariam um impacto negativo nos resultados, caso houvesse aumento das taxas de juros. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições o que contradiz a determinação da Instituição em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento, o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

Gestão de capital

A gestão de risco e suficiência de Capital do CCB Brasil adota, dentre outros, elementos básicos de análise, como o entendimento e identificação dos riscos inerentes às suas atividades consubstanciadas em política de gestão de Capital e Liquidez, avaliação da necessidade de capital para os riscos mais relevantes; desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional; plano de Capital e Contingência, e Orçamento estratégico. É realizado por meio de métricas quantitativas que incluem modelos e recomendações do Banco Central do Brasil, sob perspectivas e conceitos de Basileia III.

O acompanhamento e monitoramento deste gerenciamento é contínuo pelo Comitê de Riscos, avaliado pelo Conselho de Administração no Brasil, pela Matriz (Head Office) e regularmente reportado ao BACEN. Este arcabouço está embasado nas diretrizes impostas pela Resolução CMN nº 4557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de Riscos e de Capital e a política de divulgação de informações. Destacam-se na resolução a obrigatoriedade de criação nos bancos de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, a definição de uma Declaração de Apetite a Riscos, conhecida por RAS (“Risk Appetite Statement”), de programas de testes de estresse, a da constituição do Comitê de Riscos, dentre outras.

Dentre as medidas adotadas para enfrentamento da crise trazida pela pandemia da Covid-19 em 2020, e a fim de proporcionar maior estabilidade para o sistema financeiro nacional, o Bacen lançou uma série de ações contingenciais, tais como a redução de adicional de recolhimento sobre depósitos compulsórios, a dispensa de provisionamento para operações de crédito renegociadas, a opção de captação de recursos pelas Instituições Financeiras por meio dos depósitos a prazo com garantias especiais “NDPGE”, dentre outras.

Neste sentido, a Resolução CMN nº 4.783/20 estabeleceu a redução da alíquota do adicional de conservação de capital principal (ACPC) de 2,5% para 1,25% pelo período de um ano, com revisão gradual até março 2022 também com objetivo de melhorar capacidade das Instituições de alavancar ativos e empréstimos.

Requerimentos Bacen	Valido em 2020	Valido em 2019
Índice de Capital Principal	5,75%	7,0%
Índice de Capital de Nível 1	7,25%	8,5%
Índice de Basileia (PR total)	9,25%	10,5%

A Razão de Alavancagem (RA) é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN nº 3.748. Trata-se de uma medida simples de alavancagem não sensível a risco e não leva em consideração os Fatores de Ponderação de Risco (FPR) ou mitigações consideradas no RWA. Não é requerido para bancos do Grupo S3, mas é apurado para fins de monitoramento de RAS e se constitui num bom indicador da relação capital X ativos de uma instituição.

As tabelas apresentadas a seguir exibem os principais indicadores de capital apurados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e os estabelecidos em Política de RAS para 2020 - com revisão prevista para um ano ou a qualquer momento em que a circunstância requeira.

Observa-se que os índices de capitalização e alavancagem atendem em patamar de conforto a todos os requerimentos mínimos, apresentando espaço para crescimento de ativos em 2020.

Em R\$ Mil	2020	2019
Capital Nível 1	1.422.085	1.449.867
-Capital Principal	1.058.316	1.167.718
-Perpetual Bonds	363.769	282.149
Capital Nível 2	423.302	410.406
Patrimônio de Referência	1.845.387	1.860.273
-RWACpad	10.453.127	10.971.819
-RWAMpad	152.154	177.335
-RWAOpad	1.447.455	1.292.803
Total RWA	12.052.736	12.441.957
-IRRBB	184.713	241.597
Índices		
Capital Principal	8,78%	9,39%
Nível 1	11,80%	11,65%
Índice de Basileia	15,31%	14,95%
IB para RWA + IRRBB	12,85%	12,03%

O artigo 13 da Resolução CMN nº 4.193/20 determina que as instituições devam manter Capital suficiente para a cobertura do risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB), tratando-o porem como um requerimento adicional de capital, sem inclui-lo na definição de RWA (artigo 3º da Resolução CMN nº 4.193/20). No CCB Brasil, o limite para IRRBB é definido em R\$ na declaração de apetite a Riscos e tem representado em média 3 pontos no indicador de capitalização, como demonstrado no quadro anterior.

38. Eventos subsequentes

Em 1º. de Março de 2021 foi publicada a Medida Provisória 1.034, a qual está em trâmite no Congresso Nacional e se aprovada, majorará a alíquota de CSLL para instituições financeiras, sendo 20% para CCB Brasil DTVM, CCB Brasil Leasing e CCB Brasil Financeira e 25% para o CCB Brasil Banco Múltiplo. As alíquotas retornam para 15% e 20%, respectivamente, a partir de 1º. de janeiro de 2022.

* * *